

Os recursos naturais e seus usos: o Brasil setentrional de Alexandre Rodrigues Ferreira¹

*Luiz Vicente da Silva Campos Filho*²
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este artigo interpreta representações ambientais da viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, na Capitania de São José do Rio Negro, nos anos 80 do século XVIII. Os conteúdos encontrados foram organizados em áreas ambientais como são entendidas atualmente, contribuindo na reconstrução da leitura ambiental do autor.

Palavras-chave: representação, ambiente, século XVIII, expedições científicas, recursos naturais.

CAMPOS FILHO, Luiz Vicente da Silva. **Os recursos naturais e seus usos: o Brasil setentrional de Alexandre Rodrigues Ferreira.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (20): 131-164, maio a agosto de 2022. ISSN: 2358-5587

¹ Artigo originalmente publicado na **Série Antropologia**, número 6, no ano de 2002, republicado aqui com a permissão da Editora da UFMT, detentora dos direitos autorais. Em suas próximas edições, a Aceno publicará os volumes da série que foram publicados pelo Departamento de Antropologia e pela Editora Universitária da UFMT, durante as décadas de 1990 e 2000. Os textos não foram alterados, apenas formatados e adequados às normas da revista Aceno. As citações de textos antigos mantêm a grafia da língua portuguesa da época em que foram escritos.

² Graduado em Zootecnia, pela Faculdade de Zootecnia de Uberaba, Minas Gerais, especialista em Antropologia e Mestre em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (Instituto de Biociências), pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Natural resources and their uses: northern Brazil by Alexandre Rodrigues Ferreira

Abstract: This article interprets environmental representations of the voyage of the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira, in the Captaincy of São José do Rio Negro, in the 1880s. The contents found were organized into environmental areas as they are currently understood, contributing to the reconstruction of the author's environmental reading.

Keywords: representation, environment, 18th century, scientific expeditions, natural resources.

Los recursos naturales y sus usos: norte de Brasil por Alexandre Rodrigues Ferreira

Resumen: Este artículo interpreta las representaciones ambientales del viaje del naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, en la Capitanía de São José do Rio Negro, en la década de 1880. Los contenidos encontrados fueron organizados en áreas ambientales tal como se entienden actualmente, contribuyendo a la reconstrucción de la lectura ambiental del autor.

Palabras clave: representación, medio ambiente, siglo XVIII, expediciones científicas, recursos naturales.

Os relatos de época oferecem material de pesquisa importante na reconstrução de entendimentos humanos, dentre eles o ambiental. Os documentos portugueses e brasileiros do século XVIII contribuem para a compreensão da interação homem e ambiente na época. Para essa pesquisa, foi escolhida a produção textual de Alexandre Rodrigues Ferreira, por ser a descrição de uma extensa área geográfica, o que permitiria e permitiu que se expusesse como o ambiente era concebido por ele.

Este artigo tem por objetivo interpretar representações sobre o ambiente e a população, contidas no relato de Alexandre Rodrigues Ferreira, viajante pela Coroa portuguesa, em seu reconhecimento da região amazônica, no fim do século XVIII. Para isso, foi utilizado o livro intitulado *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Nesse livro o autor, em viagem pelo interior do Brasil Setentrional, reconheceu para a Coroa Portuguesa os espaços geográficos para ocupação, tráfego e estratégia militar, assim como situações envolvendo recursos econômicos naturais nativos e exóticos, em vários aspectos como agricultura (com considerações de espécies, dificuldades, manejo e quantificação da produção), população e aglomerações humanas, elementos da paisagem e recursos naturais nativos: minerais, vegetais e animais e, medidas para a conservação desses recursos, de cunho peculiar e de vanguarda.

Os frutos da expedição poderiam ter gerado conhecimentos inovadores de rara riqueza, mas não foram totalmente aproveitados, pelo extravio e roubo de remessas dos materiais coletados, e pela pouca oportunidade que teve o naturalista de interpretar seus dados, após o término da viagem.

A *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), foi a primeira expedição científica na Amazônia e em Mato Grosso. Ele esteve em Mato Grosso entre 1789 e 1792, visitando a Amazônia, na bacia do rio Guaporé, o cerrado e o pantanal.

Trouxe como responsáveis pela iconografia da região os desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, com formação na “Casa do Risco do Real Gabinete de História Natural”, em Lisboa, que nos legaram um rico acervo de interesse antropológico, histórico e biológico. Participaram ainda, o jardineiro-botânico Agostinho do Cabo, responsável pelo acondicionamento das amostras botânicas (DOMINGUES, 1991), e em parte da viagem, o arquiteto italiano Giuseppe Antonio Landi (PORTUGAL, 1999). A este arquiteto é atribuída, por alguns pesquisadores, a autoria da coleção de desenhos aquarelados de História Natural, do acervo do Museu do Porto, na cidade do Porto, em Portugal (COSTA, 2000).

Na mesma época, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres governava a Capitania de Mato Grosso, com a capital em Vila Bela. Esse governante teve um papel fundamental na definição de limites com as terras da Espanha, fundando, planejando e construindo cidades e fortificações. Possuindo interesse em História Natural, apoiou a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua estadia em Mato Grosso. O fim de seu governo e sua partida para Portugal deu-se antes da partida da expedição, quando levou sua “coleção mineral, animais preparados, desenhos de todo o gênero de produtos dos três reinos e prospectos” (FERREIRA, 1972: 122). A vinda dessa expedição a Mato Grosso foi um marco na história do

conhecimento da flora e fauna regionais.

Domingues (1992) apresenta uma biografia do autor, explicitando o contexto político e científico de sua época. Nasceu Alexandre Rodrigues Ferreira no dia 27 de abril de 1756, na Bahia, onde viveu até os 16 anos, quando se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde estudou até 1772. Nesse ano, o ensino português começou a passar por reformas, com a instituição de novos cursos, como o de Filosofia Natural, que iniciou a cursar em 1774, terminando-o em 1776, quando foi designado “Demonstrador de História Natural”.

A reforma de ensino em Portugal integrava um movimento de atualização ao pensamento iluminista e visava a formação de quadros na administração, na diplomacia e na ciência. Antes da reforma no ensino, em Portugal a preocupação era limitada à expansão imperial, não internalizando as mudanças que se processavam no campo científico. Com a reforma, foram criados, em 1772, o Gabinete de História Natural, o Real Jardim Botânico do Palácio da Ajuda, o Real Museu da Ajuda (então Palácio Real) (ALMAÇA, 1993) e a Academia Real de Ciências, em 1779 (PAIVA, 2000). Para a atualização científica, Alexandre Rodrigues Ferreira doutorou-se naturalista em 1779, integrando o Gabinete de História Natural do Real Museu da Ajuda até 1783, data de sua viagem ao Brasil, onde chegou a Belém do Pará em 21 de outubro. Aqui foi o protagonista de uma viagem que se enquadrava num “coerente programa de acção” que tinha por base “uma dimensão descritiva e empírica”, culminando “numa opção de estratégia para o desenvolvimento económico português, baseado não no ouro, mas na agricultura e nas potencialidades económicas dos territórios” (DOMINGUES, 1992: 21).

Iniciou sua viagem em setembro de 1784, pelas áreas ribeirinhas do rio Amazonas, explorando a bacia do rio Negro entre agosto de 1785 e 1787.

Buscando definir a situação na fronteira com a Espanha, a viagem tinha como objetivos estimular o “desenvolvimento das potencialidades (...) das colónias” (*idem*: 21), “a observação e conhecimento da natureza, (...) o reconhecimento das potencialidades económicas e, preferencialmente agrícolas; por fim, a recolha de informações inerentes à colonização portuguesa (...) em questões de natureza política e geoestratégica” (*idem*: 20). A ciência produzida era generalista e contribuía com os interesses políticos da Coroa portuguesa, estabelecendo o que Domingues (*idem*: 17) classifica apropriadamente de “ciência ao serviço da razão de estado”.

Pode-se ver no artigo de Maldí (1997), que a construção do espaço regional se deu mediante o contato interétnico e assim, intercultural, sendo produto dessa relação. A leitura contextual sobre a fronteira pode integrar dois planos interacionais. No primeiro, há uma única fronteira jurídica com a Espanha, sendo que a legitimidade de posse do território já era portuguesa, faltando detalhamentos de delimitação em campo e ocupação de fato. O segundo plano indica multiplicidade, onde havia tantas fronteiras quantas etnias existentes. Porém, aqui, o discurso também diferia, indo do reconhecimento do território e da organização própria, em “nações e confederações”, como denominavam os portugueses da época, até enxergá-los como aliados e assim, como súditos portugueses, por estarem em território considerado português. Via-se território dentro de território, em escalas de reconhecimento da alteridade como fronteira (instâncias de liberdade) e de planos de incorporação e banimento de diferenças, onde o outro era o selvagem, o “errado” a ser civilizado/corrigido e formatado no “nós” a ser a ele ensinado.

Biersack (1992: 100-1), em leitura da obra de Geertz e aplicando-a aos estudos históricos, enxerga a busca do “conteúdo simbólico” de “objetificações” e “experiência[s] vivida[s]” e “ações” descritas em relatos “de uma era passada”. No

caso desta pesquisa, que trabalha um texto já interpretativo, interpreta interpretações, representações de um discurso colonialista e etnocêntrico, relendo a colocação do autor no contexto social e histórico europeu da época, que legitimava suas interpretações como verdadeiras, sendo um supervisor-inquisidor-juiz-definidor de categorias e situações, enfim, da realidade.

Como Ginsburg *et al.* (1989: 206), tratando da relação inquisidor/réu e comparando com o papel do inquiridor/pesquisador, ao ler o texto, tenta-se “espreitar por cima do ombro” do autor, que se coloca como juiz e relator confiável, acreditando que, por possuir formação escolarizada, pode “entender” os fatos e situações observados. Assim, pensa ter conhecimentos suficientes para penetrar na “realidade” do outro, entendendo os motivos e contextos dos observados sem sair de sua própria lógica de significação. Coloca, assim, a relação observador e observado em “um desequilíbrio total das partes nela envolvidas” (*idem*: 209). Busca-se aqui significados em seu discurso, onde tentou mostrar uma coerência causal lógica, que era fruto de interesses de seu olhar e da Coroa que representava.

Considerando que esses pensamentos/olhares estão na história da percepção e construção da sociedade nacional contemporânea, torna-se importante esclarecer esses entendimentos e categorizações como um modo de compreender o processo histórico e as formas atuais de pensamento.

Havendo nesta pesquisa um foco ambiental, ressalta-se, enquanto pesquisa de conhecimentos populares, que alguns pontos merecem ser colocados. O desuso de indicadores quantitativos para o estabelecimento de categorias de entendimento, faz com que alguns cientistas ainda vejam subjetividade nesses conhecimentos, desqualificando-os enquanto conhecimentos científicos, não vendo, porém, que se trata de uma forma intersubjetiva de organização de saberes, resultando em representações coletivas legítimas para a sociedade que a construiu e utiliza.

Na ciência, encontra-se definições de ambiente tal como a de Coimbra (1985: 24), que o vê “designando uma entidade que vai à volta de um determinado ser, mas que existe em si mesma. Temos assim, o ambiente como uma entidade real substantiva que se relaciona com um ser ou conjunto de seres por ela envolvidos”.

O elemento ambiental aqui existe antes da percepção do observador, que dessa forma apenas descobre suas características, formas, qualidades etc. Ao lado do fato de que o elemento concreto existe mesmo antes da observação, põe-se um fato do entendimento, o de que esse mesmo elemento pode ser visto, entendido, representado e categorizado de diferentes modos, conforme o observador, sua formação, seus interesses, sua sociedade. Assim, reitero que a mesma “coisa” pode ser descrita de diferentes formas, sendo cada versão um conhecimento construído socialmente, discussão que pode ser encontrada em estudo de Maldí (1997), sobre a fronteira Portugal-Espanha, em Mato Grosso.

Mas, a noção de ambiente nesta pesquisa engloba o natural e o social, sendo neste caso, a “sedimentação de obras e sinais deixados pelas diversas atividades sociais do homem” (MELA *et al.*, 2000: 14).

O entendimento aqui trabalhado emergiu de um brasileiro formado no ideário colonizador português, que utilizava conhecimentos europeus e indígenas e os integrava na sua própria visão de “realidade”.

A leitura ambiental pragmática do autor demonstra as relações de importância que atribuía aos elementos da natureza como recursos naturais (elementos da produção econômica), também construindo seu universo de referências espaço-temporais, assim como a noção de soberania sobre o território que era progressivamente ocupado. Parcelas dessa área eram utilizadas e incluídas como território

colonial, a partir de alianças étnicas, aparentemente sob frágeis bases de sustentação, sendo áreas de conhecimento e trânsito de indígenas e não de portugueses e brasileiros.

Enfim, em contato com relatos de outro tempo, pode-se tentar, como disse Robert Darnton em entrevista a Schwarcs *et al.* (1996: 11), “buscar entender a alteridade de outros universos culturais, a organização simbólica do mundo”.

Por ser utilizado, nesta pesquisa, principalmente o trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira intitulado *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, publicado em 1983, optou-se por referir-se a citações dessa obra, apenas com o número da página onde pode ser encontrada.

Ressalta-se, ainda, a transcrição de trechos da obra, por permitirem a interpretação do leitor e o seu acesso aos dados, assim como ao sabor dos textos de época, pois foi mantida a grafia original da edição utilizada, ilustrando possibilidades de trabalho e leitura, para um tratamento posterior.

O Rio Negro

Os primeiros caminhos de penetração portuguesa nas áreas colonizadas foram os rios, que sempre tiveram espaço nas descrições, por serem fundamentais na estratégia geopolítica. Mesmo que os povos nativos não fossem reconhecidos em sua alteridade como suficiência, seus conhecimentos precisos, quando convenientes, eram incorporados ao saber colonizador, como a denominação geográfica em línguas locais, tendo os próprios nomes de etnias indígenas como referência para identificação de regiões.

Os nomes indígenas de rios foram frequentemente citados, sendo que alguns principais tomavam também nome português, como a demonstrar que estavam tomando o controle da situação. Em uma passagem, o rio Quecenene era também chamado rio Branco (: 291). Neste caso, de forma oposta, pensava o autor ser a denominação “verdadeira” aquela dada por uma etnia local dominante, em detrimento dos nomes dados por outras etnias e mesmo pelos portugueses.

Da chegada portuguesa na região, citou o autor os *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, onde diz ter sido a foz do rio Negro descoberto pelos portugueses entre 1637 e 1639, pelo

capitão mór Pedro Teixeira, por ocasião da viagem que fel ao Quito (...). Quanto porem á sua entrada superior (...), nem o dito analista deu noticia alguma do anno, em que ella se efectuou, nem o doutor ouvidor Ribeiro de Sampaio, que fez a diligencia possível para o saber, pôde a esta respeito escrever mais do que leu na historia de uns tempos tão recuados o que se sabe (diz elle) que o seu descobridor foi: “Pedro da Costa Favella (...); e como teve noticia participada pelos índios, de que no Quiary ou Rio-Negro habitava a nação dos Tarumans, os foi procurar com o padre frei Theodosio, religioso mercenario; e por via dos Aroaquis, já missionados pelo mesmo padre, foi admittida a pratica, e se fundou a primeira povoação do Rio-Negro”. (: 597-598)

Em 1758, foi informado ao seu primeiro governador o território da Capitania de São José do Rio Negro. Eram assim definidos seus limites:

Pela parte do oriente devem servir de balizas, pela parte septentrional do rio das Amazonas, o rio Nhamundaz; ficando a sua margem oriental pertencendo á capitania do Grão-Pará, e a occidental á capitania de São-José do Rio-Negro. Pela parte austral do mesmo rio das Amaonas, devem partir as duas capitancias pelo outeiro chamado Maracá-guaçú, pertencendo á dita capitania de São-José do rio Negro tudo o que vai d'elle para o occidente, e ao Grão-Pará todo o territorio que fica para o oriente. Pela banda do sul, fica pertencendo a esta nova capitania todo imitaria, que se estende até chegar aos limites do governo das minas de Mato-Grosso, o qual conforme as ordens de Sua

Majestade, se divide pelo rio da Madeira, pela grande cachoeira chamada de São-João, ou de Araguaí. (: 643-644)

O clima regional foi assim caracterizado:

Todo o anno se divide em duas estações, que são o verão e o inverno: este consiste em chuvas abundantíssimas, aquelle em calores excessivos: em um só dia se experimentam ambas ellas sem raridade. Geralmente as manhãs, e as tardes depois do sol posto são frias como as noites, e os orvalhos abundantísimos: o resto do dia é ardente; (...) extremamente humido, não só pelas chuvas de seis mezes continuas em cada anno, mas lambem por ser todo elle cortado de infinitos rios, em cujas bocas e margens estam situadas as povoações. Os calores depois das nove horas da manhã, até ás quatro da tarde são insuportáveis, de maneira que se não póde sahir fóra de casa. Com esta alter-nativa de calor e humidade se gera na atmosfera uma tal podridão, que [os materiais] (...) apodrecem; (...) enferrujam; (...) se cobrem de bolor; se arruinam; (...) se desfazem; e tudo padece alteração. Ordinariamente o calor mais sensível do que costuma ser, anuncia as trovoadas: emquanto pendem as nuvens sem se desatarem em agua, fica tão abafada a atmosfera que mal se póde supportar no corpo a mesma camisa; então as primeiras pingas d'agua que caem são grossas; a terra entra a evaporar de si, um cheiro terreo, e embebe, ou conserva mais ou menos tempo a agua, segundo a sua qualidade e posição. (: 678-9)

Do rio Negro, principal rio da área visitada, comunicou que:

desagoa na margem septentrional do rio das Amazonas em 3° e 9' de latitude austral, e em 317° e 28' de longitude oriental á Ilha do Ferro, segundo as últimas observações. O das Amazonas d'ali para cima, isto é, desde o Togar em que com elle conflue o Rio-Negro, tomou o nome de rio dos Solimões. (: 601-2)

A distância entre a foz do rio Negro e a serra do Cocuhi (em suas cabeceiras), também foi objeto de avaliação:

Navega-se por elle acima até chegar a ella, pelo espaço de quazi 230 legoas, as quais se vencem com mais ou menos tempo de viagem, conforme o estado do rio, cheio ou vasio, e conforme a applicação dos remeiros, quando não ventam os gemes, pelos mezes de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro. Uma canôa de avizo, que ordinariamente é pequena e ligeira, navegando bem esquipada de dia e alguma parte da noite, gasta 6 dias, desde a foz rio até á capital de Barcellos. (: 602)

Possuía o autor uma categorização das águas regionais, assim como um entendimento das causas da coloração característica:

Suposto que o seu antigo nome entre os indios, era Quiary, e ainda hoje na sua parte superior se lhe conserva o de Uenelja (...) a cor das suas aguas deu entre nós motivo á imposição do nome do Rio-Negro: ellas, vistas no rio, sam de um escuro tão fechado, que parecem um lago de tinta preta; porem a sua verdadeira côr é de alambre, como se conhece, quando se tomam em um copo. (...) quanto maior fôr o fundo, tanto maior será o escuro. (...)

A causa d'esta côr de alambre conjectura-se provir dos betumes, que encontra o rio nos grandes e multiplicados rochedos, por onde passa em quazi todo o seu curso, descendo das altas cordilheiras de Popaian. Outros querem, que esta côr provenha das arvores que inunda, por ser todo cheio de ilhas alagadiças; o que não é impossível. (...)

Reflectirei agora, que este é um rio, aonde vivem e morrem infinitos quadrupedes, aves, amphibios, peixes, insectos e vermes.

Que é um rio bordado de infinitas plantas, cujas raízes, troncos, ramos, folhas, flôres, fructos, gomas, rezinas e gomas-rezinas incessantemente fermentam, apodrecem e se resolvem nos seus principios, como sam os saes, os oleos e as terras, que as compoem.

Que é finalmente um rio, que arrasta consigo infinitas particulas de substâncias terreas, salinas sulphureas e metallicas, ou sejam, das serras, d'onde elle desce, ou das margens, por onde passa.

Que o ferro porem, entre as outras substancias heterogeneas, é a que mais domina n'ella e a que mais concorre para a referida côr, assim como para a que tem a agua dos rios das Amazonas e dos Solimões concorre o barro de innumeraveis terras cahidas. (: 593-5)

Os afluentes de “água branca” do rio Negro pela margem esquerda, são os rios

Anauini ou Anavilhena, o “Yauapiry, ou como chamam os brancos Jaguapiri”, o Padauari, o Cauaburiz e o “Queceune, por outro nome Rio Branco”. Guarda este nome rio acima desde a foz, até a confluência com o afluente “Tacutú, aonde toma o nome de Uraricuera”. Entre os afluentes do rio Branco, destaca o Uraricapará, Mereúni, Anauauá, Sereré, Parimé, Majari, Idume ou Jurime, Serecuny, Caratirmani, Jaguarany, Mucajahi, Cauame e Maracá. Outros afluentes de “água branca” do rio Negro são o Ixié, o Ucajary ou Uaupés cujos afluentes são o “Tiquié, Capuriz, Yeucari e Unhuan”.

Como afluentes de água negra, enumera o “Uaraiaá, por outro nome Araiá”, que recebe um afluente de “água branca”, o Demeuene.

Outros afluentes que não precisa a cor das águas são Uaranacuá, Uereré, Daraá, Marauiaá, Inambú, Abuará, Miuá, Dimití, Jaú, Unini ou Anani, Cauauri ou Caburiz, Baruri, Quiuni, Urarirá, Uajuná ou Ajuaná, Ueneuixy ou Inuixy, Xivará, Maiuixy, Mariá, Curicuriaú, Içana e o Urubary ou Urubaxi, que é “rio abundante de lagos, pelos quaes se communica com o Japurá” (: 609-13).

Avaliando a largura do rio Negro, enxergou ser maior

nas seguintes paragens de Anavilhena de defronte do lugar de Airão ainda mais, desde a situação do lugar do Carvoeiro, rio acima, até pouco adiante do lugar de Lamalonga. Contam-se-lhe uma, duas, trez e até perto de quatro leguas na sua maior largura. Das paragens em que se elle estreita mais, a foz é uma d’ellas, porque não chega a ter meia legua. De frente da verdadeira foz do Rio-Branco estima-se-lhe a largura de quatro decimos de milha. Também se estreita muito por baixo da tapera de Santa-Izabel. Na garganta, sobre que esta fundada na margem boreal a fortaleza de São-Gabriel, com uma balla de mosquete se alcança a margem opposta. Pouco abaixo do Uaupés, torna-se a fazer-se remarcavel a sua estreiteza. (: 603)

A profundidade da lâmina de água do rio Negro em “Barcellos”, onde sua largura “é das maiores que elle tem”, foi medida pelo autor com um “páo graduado, que pela vazante do rio [período de águas baixas] se fincou perpendicularmente no fundo”. Informa ele que no ano da medição (1787) “subiu a agua 2 braças e 8 palmos desde o nivel da maior vazante até o da maior enchente”. A enchente deste ano foi, segundo moradores que o informaram, “maior que a do outro anno de 1781 (...) que foi uma das grandes, que eles têm visto”.

Em um braço do rio de “menos de um quarto de legoa”, a régua acusou a profundidade de “2,5 e 7 palmos; 3 braças e 2 palmos, 3 ditos e 7 palmos, 4 braças e 7 ditos, 5 braças e 2 ditos, que foi a maior de todas (sam de 10 palmos cada braça). O rio principia comumente a encher pelo mez de Fevereiro, e a vazar pelo de Julho” (: 603-4).

Seguem outras características que descreveu do rio Negro:

Pelo álveo do rio há alguns baixos d’ellas, que fazem perigosa [a] (...) travessia. (...) e tanto pelas margens, como pelo alveo do rio, vai formando as pontas, os baixos, e as cachoeiras (...). O espaço que medeia entre a povoação de São-Bernardo do Camanaú e a foz do rio Uaupés, póde-se dizer, que é uma cachoeira continuada, e só navegam seguras as canôas pequenas.

Comtudo os praticos d’aquella navegação prescindem das que sam relativamente mais razas e contam no dito espaço até doze, a que dam seus distintos nomes do Camanaú, do Cacury, da Tapera, de Paricaúba, da outra Tapera dos Manãos, da Lage do Cumarú, do Cujubi, das Furnas, da Praia Grande ou do Crocoby, do Porto de cima, do Caldeirão, e do Paredão.

(...) na vazante se amansam mais as correntezas; porém mais se fazem temer as pedras ao lume da agua, e umas cachoeiras sam mais terríveis na vazante, como é a do Cajubi, e outras na enchente, como a do Cumarú.

A respeito das canôas, quanto menores ellas sam, tanto mais se facilitam as manobras, pelas quais se consegue a rapidez das evoluções precisas para mais acceleradamente escaparem do fio das correntezas, e se abrigarem nos seus remanços.

A subida não se pôde deixar de se emprender sempre junto aos rochedos das margens, antecipando-se o cabo a descarregar a canôa, si assim é precito, para a fazer puchar á corda pelos indios remiras. D'este trabalho está livre quem desce, porque desce o canal entre os saltos e pelo fio da correnteza. Mas o perigo de naufragar sem remedio é muito maior em razão da celeridade, com que desce, e com a mesma, ao menor descuido que haja da parte do piloto, ou ao minimo incidente que sobrevenha, pôde encontrar os rochedos do lume da agua, particularmente em rio vazio. Por isso assentam os práticos, e assim o tem mostrado a experiencia, que a melhor monção de passar as cachoeiras é, quando elas, na sua fraze, estão a meio barranco. (: 607-8)

A foz em delta do rio Branco, a marcação de nome dos rios conforme as etnias (que os portugueses consideravam nações e confederações) que habitavam suas margens e a situação do reconhecimento geográfico da época, em um afluente do rio Negro, eram lembrados no seu texto, contando-nos:

Quanto ao Rio-Branco, contam-se-lhe 4 bocas, vindo a ser a primeira, Rio-Negro abaixo, a que tem o nome de Amaian, pouco inferior á foz do rio Uranacuá. A segunda é mais distante da primeira, porém vizinha da terceira, e esta da quarta, que é a última, e a verdadeira boca d'aquelle rio; de modo que todas trez pouco distam umas das outras, e só sam divididas pelas ilhas, que surgem na sua foz. A côr da sua agua é branca, ao contrario da do Rio-Negro, e por isso lhe deram os Portuguezes o nome de Rio-Branco. Não que este fôsse o seu nome verdadeiro, porque, segundo leio nos diarios de viagens por esta capitania, consta, que verdadeiramente se chamava, Quecenene, ainda que todos os mais indios lhe dam o nome de Paraviana, por ser d'aquella nação o gentio dominante n'elle. (: 526)

Quanto ao rio Yauapiri (...) a que os brancos chamam Jaguapiri (...) também é de agua branca; e ainda que d'elle está escripto, que tem as suas fontes, como todos os mais, que desaguam n'aquella margem, junto á cordilheira de Guaiana, não se pôde por ora determinar tão decididamente as suas cabeceiras, sem uma exacta exploração que confirme estas, que não sam mais do que meras conjecturas fundadas em algumas informações. (: 527)

População e povoações

Na política populacional, a colonização portuguesa preconizava o casamento interétnico, que servia para o estabelecimento branco e aliança com índios via parentesco das esposas índias. Assim, pedia-se “para entreter a união e a sociedade civil” aos “directores toda a efficacia do seu zelo em persuadir a todas as pessoas brancas, que assistissem nas suas povoações, que os indios não eram de inferior qualidade (...) [e] ficariam [com] os mesmos privilegios as pessoas, que casassem com as ditas índias” (: 634).

Da “população branca” nas povoações da Capitania, lembrou o autor o “número dos moradores brancos, que então existiam no Rio-Negro; bem entendido que n'elle vam incluídos os mamelucos seus filhos” (: 648). Assim, se por um lado, no recenseamento frente ao pai ou informante mantinha uma versão da equidade interétnica, ou da força “branqueadora” paterna, por outro lado, lembrou no documento que a população branca do rio Negro não era tão branca quanto indicava os números, mostrando melhor o número de aliados da Coroa Portuguesa.

A demanda de limites entre Portugal e Espanha era foco de argumentação, onde os portugueses justificavam a posse de áreas alegando seu desconhecimento pelos espanhóis, como se vê a seguir:

Pelos annos de 1725 e 1726.

As tropas, que se internáram o mais que pôde ser, até quazi as cabeceiras do Rio-Negro; porque chegaram ao Yauitá, que desagôa n'elle, na distancia de não menos do que 20 dias de viagem, acima da foz do Caciquiari, o qual se descobriu depois, que o communicava com o Orinoco, assim como o communicam os rios Iniridá, Passauicá, Tumbú e Aké.

Pelos annos de 1743 e 1744.

As outras tropas, que pelo Rio-Negro penetravam ao Orinoco; que foi quando se descobriu o braço d'elle chamado Parauá e o sobredito canal do Caciquiari: cujas communições não somente ignoravam os Espanhoes, que as haviam, mas até chegaram duvidar d'ellas, como duvidou o jesuíta Gumilla

No dito anno de 1744.

Subia o capitão Francisco Xavier de Moraes com outros Portuguezes, e entrou pelo canal do Caciquiari; e ao sahir pelo Parauá encontrou, quazi junto ao verdadeiro Orinoco, ao jesuita espanhol Manoel Romão, a quem trouxe consigo para o arraial de Auanidá dizendo-lhe então o mesmo jesuita, quando voltou para o Orinoco, que ia dezenganar aos Espanhoes, moradores d'aquelle rio, que as suas aguas pagavam feudo ás correntes do Rio-Negro. (: 599)

Em suas palavras, os índios “foram declarados e confirmados livres pela lei de 6 de junho de 1765, que recordou, para terem a sua inteira e fiel observância, as trez bullas dos summos pontífices Alexandre VI, Paulo III, e Benedito XIV, e não menos do que as oito leis³ publicadas sobre esta materia” (: 636).

Pode-se entender em seu texto que o reconhecimento no Brasil da anterioridade do direito legítimo de posse da terra por indígenas remonta à lei de 6 de junho de 1755. Declarou o autor:

(...) ficavam os índios incorporados com os mais vassallos, sem distinção, ou excepção alguma, para gozarem de todas as honras, privilegios e liberdades que gozam os outros. Tambem em outro paragrapho confirmou a disposição do § 40 do alvará do 1º de Abril de 1680, no qual se havia ordenado, que, depois de descidos, fôsem senhores das suas fazendas, como o eram no sertão, sem lhes poderem ser tomadas; nem pagariam fôro ou tributo algum das ditas terras, ainda que estivessem dadas em sesmarias a pessoas particulares. (: 637)

A mesma “sorte” não tiveram os negros. Tanto que na

citada lei de 6 de junho, que restituiu aos índios a liberdade, que se lhes devia, declarou Sua Majestade, que d'aquella geral disposição exceptuava tam-sómente os pretos escravos, e oriundos de pretas tambem escravas, os quais seriam conservados no dominio dos seus actuaes senhores. (: 639)

Era então a chegada de negros escravos em Mato Grosso feita também pelo Pará, como mostra uma carta de 21 de junho de 1775:

Torno a lembrar a Vossa Mercês, que a introdução annual de escravatura no porto d'esta cidade não deve por ora ser nunca menos de 1500 cabeças; para que, determinando-se 500 ou 600 para a capitania do Matto-Grosso, possam nesta ficar as mais. (: 648)

Das culturas indígenas, trouxe ainda outros comentários, como a construção do corpo:

Outros desenham na pele uma multidão de listras e de figuras diversas, custando-lhes estas pinturas muitas dôres, muito tempo, e muito trabalho. Outros andam sempre tintos de urucú ou carajurú (...) para assim incutirem maior terror ao inimigo, e tambem apresentarem as suas pessoas em um ar mais bizarro. (: 621)

Algumas etnias, pensava, “sentem um peso e inclinação natural a alterar as fôrmas naturaes de seus corpos”. Dentre elas, incluindo povos de vários espaços amazônicos, os

Cambébas (...) impressavam entre duas talas as cabeças das crianças, para se fazerem chatas, outros lhes davam uma figura conica, e outros quadrada. O Uerequena (...) rasga, e distende as extremidades das orelhas. O Mura (...) [fura] ambos os lábios, e trazem introduzidos nos furos, ou os batoques, os quaes parecem marcas de coquilho,

³ “De 1570, de 1587, de 1595, de 1609, de 10 de Setembro de 1611, de 10 de Novembro de 1617, de 09 de Abril de 1655 e de 1º de Abril de 1680”.

ou fragmentos de ossos e de pedras. Os Maués (...) andam espartilhados á imitação das damas da Europa.

Para se adquirirem semelhantes fórmas, arriscam as suas vidas, e as de seus filhos, fazendo-os logo passar desde o berço pelos mais dolorosos transe, não se dirigindo elles a outro fim mais do que ao desordenarem o plano da natureza, debaixo do vão pretexto de aperfeiçoarem as suas obras. Porém o certo é, que o principal fim a que tendem estes diferentes caprichos não é tanto para embellezarem os seus corpos, quanto para lhes darem um ar impostor, que com a sua presença e deformidade aterre o inimigo. (: 622)

Pressupôs o autor a existência de um plano de entendimento dos índios, que como o dele, diferia em natureza e cultura e assim, pensou terem o objetivo de desordenar a natureza. O mesmo poderia ser dito dos brancos, cabendo perguntar, pelo que expõe, se o vestuário e formas de ver e identificar seus corpos são modos de desorganizar a natureza e de melhorá-la, como enxergou nos índios, ao buscarem uma estética própria. Para sua interpretação, pode ser aplicado seu próprio texto, onde disse: “Desde logo lhes atribuem ideias, que elles, sim, são capazes de adquirir, como os outros homens, porem que ainda não as tem” (: 618).

A população indígena regional foi imensamente reduzida por doenças introduzidas pelos brancos. Assim, conta que “o chamado sarampo grande devastou as aldêas dos dois rios, branco e negro” (: 479), em 1749 (: 77). Isso favoreceu o agrupamento de diferentes etnias em uma mesma aglomeração: “Em uma só aldêa se falam tantas linguas diversas, quantas são as diferentes tribus de gentios, que a povoam” (: 618). Exemplificando essa mistura étnica, mostrou a constituição das vilas da Moura: “Os índios que povoam a villa, sam Manáos, Barés, Carajas, Cueuanas, Banibas e Yumas” (: 532), e na “povoação anexa á fortaleza da Barra do Rio-Negro”, onde os “índios da povoação sam Manáos, Barés, Banibas, Merequenas, Aroaquis, Juris, Passés etc.” (: 582).

A mistura de diferentes etnias em um mesmo local constituía pequenas babéis, onde as múltiplas lógicas política e social indígenas já estavam em grandes termos desfeitas pelos descimentos (retirada de indígenas de suas situações originais, agregando-os em aglomerações em moldes portugueses), desorganizando as culturas por contrapor-lhes em proximidade outras versões do mundo, o que provavelmente aumentava a percepção da relatividade da própria cultura, enquanto antes, nas aldeias, era maior o ensino de versão mais coesa. Essa relatividade facilitava a chegada e estabelecimento de outra cultura “mais real”, de mais poder, dos brancos.

Às aldeias indígenas não eram dispensadas maiores atenções, inclusive por contatar os índios nas povoações, já após o descimento. Entretanto, descreveu uma aldeia como:

uma planície da extensão de 300 passos e de muito menor largura com 8 palhoças, as quaes são fichadas com folhas entrançadas e para penetrar n’ellas preciso era inclinar a cabeça até o chão, sendo assim construídas essas palhoças, afim de estarem ahi mais livres os seus habitadores.

A casa principal era redonda, e feita de taboinhas, como o são as capoeiras das galinhas, e também tinha a porta-baixa. (: 224)

Em suas viagens encontrou taperas indígenas, como a “Tapera do Braga”, onde encontrou vestígios “de algumas palhoças e árvores frutíferas” (: 222), mostrando a existência de manejo de recursos entre os índios, através do plantio de espécies frutíferas.

Após os descimentos, as “missões, que eram as aldêas, passaram a villas e lugares” (: 645). As categorias das aglomerações humanas da colonização eram: “villas”, “logares”, “aldêa”, “povoação”, “lugarejo”, além de “quartel”, “fortaleza”

e “fortificação” (estas para defesa contra os espanhóis).

Essas povoações foram contabilizadas e chegaram a “26 por todas; entre 3 villas, que ha, 9 lugares e 14 aldeas”. As vilas eram “Moura”, “Barcellos e dita de Thomar”. Os “logares de Airão, Carvoeiro, Poiares, Moreira e Lamalonga”, além de “Nossa Senhora do Loreto de Macarabi”, o “anexo á fortaleza da barra, e outro a de São-Gabriel”. As aldeias eram “Santa-Izabel”, “Santo-Antônio do Castanheiro Novo”, “São-Pedro, São-Joseph, São-Bernardo do Camanão, Nossa Senhora da Nazaré, São-Miguel e São-João Batista do Mabé”, além das “São-João Nepomuceno do Camundé”, “São-Joaquim do Cuanena”, “São-Filippe”, “São Marcellino”. Das aldeias abandonadas citou “Santo-Antônio do Castanheiro Velho e de Sant’Anna” (: 631-2).

Com o parâmetro das cidades que conhecia, ressaltou na região o uso de materiais alternativos: “Muito poucas são as casas cobertas de telhas, (...). Ordinariamente as cobrem de palha de obim, que não dura mais do que quatro annos” (: 680).

A compartimentação social nessas aglomerações geralmente era explícita. As casas destinadas ao vigário, igreja, diretor (administrador) e moradores brancos eram construídas na rua defronte ao rio, a “linha de frente”, enquanto aos outros moradores eram destinadas as “travessas” e as “ruas de fundo” (: 473). Havia exceções, como Thomar, onde os brancos habitavam as travessas (: 70).

O autor, muitas vezes, oferece para seus leitores uma minuciosa descrição, como a da povoação que existia contígua a uma fortaleza próxima da confluência do rio Negro com o rio Solimões:

uma povoação de índios e alguns moradores brancos; a qual se divide em dons bairros, ao longo da margem boreal: ambos elles occupam uma porção da barreira que medeia entre os dons igarapés da Tapera dos Maués, e dito dos Manãos. Porem a porção da barreira, que serve de base ao primeiobairro, aonde estam situadas a matriz e ambas as residencias do Reverendo vigario e do commandante, é mais alta e mais avançada sobre o rio, do que a do segundo bairro, aonde só ha 8 casas. Uma e outra é bordada de grandes Lages de pedras, com pouco sensiveis interrupções.

Pelo tableiro superior da barreira ao primeiro bairro, está disposto o arruamento das casas sobre 3 linhas de fundo: contam-se 10 na frente, incluídas as residencias: para fóra da linha saem 2 no tope do tableiro, além das que, pelo comprimento da mesma linha, avançam em frente sobre o rio; como sam a casa das canoas no porto da povoação, dita do forno no declive da barreira e dita da olaria.

Na segunda linha do fundo contei 11, e na terceira 14. Havia em todas ellas alguns vazios por encher, além de seu alinhamento não ser o mais geometrico.

No centro da linha da frente está principiada a matriz entre as residencias do Reverendo vigario e do comandante. (: 576-7)

De Airão:

no principio da sua fundação se alinharam trez ruas de fundo, nas quaes erigiram os índios as suas casas. No dia de hoje porem só uma das ditas ruas merece tal nome; porque na que representa que teria sido a da frente, apenas se conservam 4 casas no principio da linha, assim contado, por quem navega rio abaixo, e mais 2 no fim. Na segunda linha, que é a que representa a fachada da povoação, não ha mais do que 9, incluídas as residencias do Reverendo vigário e do director (as quaes estam unidas) e a casa do forno. Na que devia ser a terceira, existem 2, porque todas as mais se demoliram.

No centro da linha do prospecto está erigida a matriz: é a mais pequena e a mais pobre, das que tenho visto. Estava mal coberta de palha, com todo o seu emadeiramento podre; os esteios cerceados á flor da terra, e as paredes lateraes da capella mór, a do arco d’ella, e as da sacristia necessitavam muito de serem reparadas a tempo, para se não demolirem de todo. (:558-9)

Dessa descrição, pode-se depreender que as regras sociais para o arruamento nem sempre eram cumpridas, sendo fonte de descontentamento e reforço da

ideia de precariedade da organização na região.

Continuou o autor destacando a falta de planejamento no uso de recursos naturais e de mão-de-obra, como em Pedreira, que possuía olaria e forno situados “*no pantanal da retaguarda da vila [...] a qual vae ao fundo com a enchente do rio. Por esta razão não trabalha mais do que trez mezes do anno*” (: 531). Curiosamente, não havia argila próxima dessa aldeia, razão por que os índios a buscavam em canoas em Poiares, onde não havia olaria.

Havia na região, aglomerações com mais de uma denominação, como a aldeia do Cumaru. onde Cumaru era o nome que davam

os índios a uma grande arvore que ha, de madeira muito dura e compacta; e como a havia no sitio para onde se mudaram, e pela sua grandea e duração se fazia notável. O gentio porém a denominava a seu modo, porque, consistindo os signaes da sua boa harmonia e conservação reciproca nos frequentes bailes e danças, com que se costumavam intreter, denominavam a sobredita aldêa, dando-lhe, na frase da sua lingua, o nome a que na geral corresponde o de Juripari-purasserendana, que vai o mesmo na nossa que Lugar de dança de mascarados (: 478-9)

O viajante descreveu a geografia onde inseria essas aglomerações. Para ilustrar, seguem passagens onde mostrou Carvoeiro e Airão:

Serve de base ao logar um curto e estreito lombo de terra, em que se eleva um ilhote da margem austral do Rio-Negro: a sua elevação é tão pouco sensível de vencer que nas grandes enchentes chega o rio a beijar o batente do alpendre da igreja. Ordinariamente succede ficar a povoação alagada em roda, e apenas surge acima d'agua o pequeno teso, que ocupa o arruamento das casas. (: 496)

Fica imminente ao rio, porque está situado sobre uma barreira modicamente elevada, correndo pelo alto d'ella, ao longo da margem, uma bem formada planície, em que está disposta a povoação. Na praia que lhe serve de porto, e pelo rio dentro até pouco abaixo do logar, ha grandes lajes de pedra, que na enchente vam ao fundo, Quando sobrevêm as trovoadas, retiram-se do porto as canoas que correm risco, e lá se vam abrigar em um igarapé . imediatamente superior ao logar. (: 558)

As condições sanitárias da população visitada eram observadas. Sua compreensão merece uma interpretação especializada, já que correlaciona fatores ambientais a enfermidades. Para o autor, o calor causava diversas enfermidades, entendendo que a parte “*mais espirituosa do sangue todos os dias se dissipa; sae pela transpiração, pelo suor e pela ourina; o que fica no corpo é um sangue seco, terreo e espesso, donde procedem as melancholias, as lepras, os vomitos pretos, as camaras de sangue, as febres ardentes, etc.*” (: 747).

A água era considerada de má qualidade, sendo usada para bebida a das corretezas, evitando as das margens do rio, onde “*param as imundicies [...] em consequencia dos despejos domesticos, das lavagens dos corpos, da maceração da mandioca e de outras muitas causas, que a todos são notorias*” (: 747).

Algumas pessoas mais precavidas usavam ainda filtrá-la em “*panno fino, ou a purificam das impurezas, mediante o alumen com que as precipitam para o fundo*” (: 747).

Porém, a resistência orgânica para as doenças introduzidas pelos brancos era considerada menor nos índios e negros: “*Os índios e os pretos são os mais sujeitos aos dous contagios das bexigas e do sarampo. Assim o provam muitas e muitas antigas memorias d'este estado*” (: 748). Para os índios, essas doenças eram desconhecidas antes do contato com os brancos, havendo assim uma baixa resistência imunológica a elas. Quanto aos negros, é bastante provável que concorresse para essa situação a má qualidade de sua alimentação.

O desconhecimento do ambiente regional pelos brancos fazia com que habitassem locais insalubres, como na primeira localização do lugar de Carvoeiro, que

“mudou-se para o lugar em que está pela razão das doenças, que procediam das águas encharcadas [estagnadas], nos alagadiços adjacentes” (: 499).

Outros problemas sanitários eram motivo de transferência de localização das povoações. Assim, os habitantes de origem “Aroaqui, de Airão, vieram do “sítio chamado Tarumam”, onde “contam alguns índios antigos, que era tão grande a perseguição dos morcegos, e tanto o estrago que elles faziam nas crianças, que para evitarem esse e alguns outros inconvenientes se viram obrigados a mudarem-se” (: 561).

Em Barcelos, a localização de um cemitério fez com que se pensasse na necessidade de transferi-lo. Estava ele no interior da igreja (localização comum na época). Visava, assim, impedir “uma epidemia brotada daqueles corpos mal desfeitos, pela humidade da terra” (: 349).

Em Carvoeiro, ainda encontrou uma situação onde a produção de alimentos se sobrepunha aos procedimentos sanitários: “ao reparo que fiz, de não capinarem as ruas, satisfiz o director com dizer-me, que de propósito as não mandava capinar, para não privar o gado da herva, de que se sustentava” (: 408).

Em Airão, previu que, pela “saúde dos moradores deveria ter mandado desbastar as laranjeiras e pacoveiras, que assombam [sombreiam] as casas situadas ao nascente [...] e observam os índios que toda aquela repartição é doentia” (: 560). Isso demonstra que os diretores brancos locais não enxergavam o problema e nem valorizavam o conhecimento indígena, que poderia evitá-lo.

A paisagem

Interpretando as descrições de paisagem, foi possível categorizá-las, partindo do nível topográfico inferior, o nível de base dos rios. As denominações são de uso corrente, com significado evidente (como rios), ou têm o significado explicitado no contexto.

Informou o autor que havia ligações entre bacias hidrográficas, como pela

boca do furo de Guaruiaba ou Guarióca, pelo qual, sem ser preciso passar à vista da fortaleza, nem desembocar a barra do rio Negro, se vai sahir” na distancia de um dia de viagem, acima da foz do rio dos Solimões, facilitando-se de inverno a comunicação de um com o outro rio. (: 576)

Esses leitos ligando dois diferentes rios eram também denominados “canal, como o “de Inebú, pelo qual se communicão ambos os rios” (: 153), quais sejam, o rio Uaupés e o Curicuriahu, lembrando que “furo” poderia ser um canal que retorna ao leito principal do mesmo rio (: 212), assim como “braço” (: 205).

O extravazamento das águas nas enchentes oferecia caminhos mais curtos interbacias, como no “igarapé do Urupiahú, o qual disseram os índios, que de rio cheio se communicava com o Anany” (: 496).

As cachoeiras no rio Uaupés eram “todas elas [...] pequenas e razas” (: 248). Nesse mesmo rio, “não são raras as pedreiras, e d’ellas constão os ilhotes, que venci, para atravessar o rio” (: 247), assim como “diversas gargantas, [...] guardadas de pedraria, [onde] aumentava muito a velocidade das águas” (: 247-8). Aqui, entendia “garganta” como um encaixamento do leito do rio entre altos barrancos.

Relatou cachoeiras no mesmo rio, ao Norte de “altas serras e um outeiro, que as dominão, e representão a quem vê, uma perspectiva ente horrorosa e agradável; [...] a água se despenha em caixões de cima de altas penedias, que fazem saltos da caxoeira” (: 248).

No rio Ixié, encontrou uma “caxoeira, a qual atravessava o rio com bastantes saltos e não tem canal na vasante. Então é preciso descarregar as canoas, [...], por cima das pedras de qualquer das duas margens; outro tanto não é preciso na enchente, porque sobem e descem pelo canal da margem austral” (: 254).

Outras de pequena altura possuíam “canal”, espaço de corrente com largura e profundidade suficiente para a navegação, na “vasante” e “enchente”, como no rio Cauaburí. No “igarapé tapacorá”, nome local amazônico para ribeirões, distinguiu uma “caxoeira grande” (: 207). Outra “caxoeira grande” tinha “um grande salto” e, além disso “demasiadamente extensa”, sendo necessários “5 quartos de hora [para] descarregar a minha pequena canôa e em varal-a por cima das pedras” (: 283-284).

Uma cachoeira do rio Uaupés “é um longo recife de pedras, que quasi atravessa o rio de uma a outra margem” (:153). Outra, no mesmo rio, servia como demarcação da oferta de peixes, sendo que “desde a boca até a primeira caxoeira é faminto de peixe, [...] da caxoeira para cima, abunda particularmente de muitas e muito grandes pirahibas” (: 205).

Na área da povoação de São-Miguel do Iparaná, havia “infinitos igarapés, pela maior parte tão entulhados de troncos de árvores atravessadas nas suas bocas” (: 247), sendo boca outra denominação para foz (: 252). Os igarapés, entretanto, são pouco descritos, por serem pequenos para a navegação, não permitindo trajetos de longa distância para internalização e posse de novas áreas, tendo importância apenas para a pequena navegação em canoas a partir das povoações para fins de coleta, principalmente. A diferenciação entre rio e igarapé dá-se pela maior largura do primeiro, visto quando, referindo-se ao rio Ixié, diz que “em partes é tão estreito que nenhuma diferença tem de qualquer igarapé” (: 253). Igarapés são ainda pequenos cursos d’água (que se originam) de um rio maior, como o rio Maturacá (: 287). Outra denominação encontrada para rios pequenos é “ribeiro”, como o “Unhunhan”, onde “tudo são paus atravessados” (: 205).

Como forma de apresamento de peixes, utilizavam os “cacuris, ou tapagens na vazante do rio” (: 685), provavelmente construção de trançados de galhos que lhes impedia a passagem, nas “bocas”.

Segue a denominação de alguns igarapés: “Quinhu, Boxiahu, Cuiahu, Zannahó e Idipeidipe” (: 496) e “igarapé Camanha” (: 473). Como riachos (aparentemente sinônimo de igarapé), citou os: “riaxo Buibui”, “riaxo de Matanari”, “Zamurú-naú, e Uiranaú” (: 473) e Cuarú, Anibá e Manapixi (: 496).

A sinuosidade do curso do rio Paduari foi entendida de forma humanizada, dizendo que “desce do norte para o sul, fazendo muitos torcicolos” (: 287).

Dos leitos menores, contou que, em viagem para a aldeia indígena do principal Manacaçari, entraram “em um furo estreito que nenhum de nós certamente reconheceria como lugar transitável, e o caminho era tão tortuoso, que ora tínhamos o sol pela frente ora pelas costas” (: 224). Nas margens desse mesmo rio, encontrou muitos “alagadiços, aonde não se pôde aportar” (: 287).

Os “paraná-mirins” são braços de rios. Disse deles que são onde as ilhas “estreitam o rio no diferentes canaes, [...] entre elles navegam as canoas mais ligeiras, e para dentro d’ellas se acolhem as maiores por ocasião das trovoadas” (: 495).

As sinuosidades de margens de rio eram denominadas “ressacas” (: 71), como no rio Daraá, onde uma “pequena ressaca, que ali faz a costa” (: 107) servia de porto a uma povoação. Maior que a “ressaca” havia a “enseada” (: 207). Era o rio Negro caracterizado pelo sinuoso recorte de suas margens, contabilizando o autor, 19 enseadas. Para dar ideia de sua dimensão, segue a descrição de uma delas,

das “maiores entre as grandes”: *“fica imediatamente superior á fortaleza da barra, e que tem o nome de Enseada dos Tarumás. As canôas grandes e esquipadas, navegando agua acima, sem demora consideravel, gastam um, e as pequenas, mais de meio dia em vencel-a”* (: 605).

Nas cabeceiras do rio Atauhi relatou a existência de “7 lagos bastantemente extensos” (: 290). Em um agrupamento de lagos onde destacava-se o lago Cudajá, que era interligado com o rio Solimões pelo canal do Cudajá, “se haviam ultimamente aposentado os Muras, as quaes [...] desalojaram os gentios habitantes do rio Anani” (: 557), mostrando a migração e a disputa de território entre as etnias, localizando-os em termos geográficos. Em uma passagem, usa o termo “bahia” (: 167) significando lago.

As “ilhas sam innumeraveis por todo o curso do rio [Negro], e entram lançadas n'elle, com diversas posições, figuras e grandezas” (: 605). Há no texto, um momento idílico, em “ilhotas deliciosas, matizadas de bellissimas flôres” (: 224).

Nas ilhas do mesmo rio e “nas terras firmes de ambas as margens, infinitos lagos de comprimento e de largura consideráveis, aonde a agua é muito mais preta do que a demais do rio, e emquanto elle não vaza, habitam muitos peixes, bois, pirarucús, pirahibas, e todo o mais genero de pescados” (: 605).

As ilhas do rio Negro “sam cobertas de espesso mato, porem razas, ao ponto de se alagarem nas enchentes” (: 605). A complexidade do arquipélago das Anavilhanas que chamou de canal, foi percebida:

Canal chamado Anavilhena.

Entreí n'elle pelas 6 da manhan de 30, depois de ter largado pelas 4 da madrugada; e assim continuei a minha viagem, sem que se me offerecesse a fazer outra alguma observação mais notavel do que a do confuso labirinto de ilhas, que ali atravessam o rio de uma á outra margem, lançadas n'elle em diversas posições e figuras: labirinto, donde seguramente se não pode alguém desenredar com presteza sem um bom pratico d'aquella navegação, o qual o conduta até sahir a boca inferior do sobredito canal: tomou a denominação de Anavilhena, por lhe corresponder na margem boreal a foi do rio Anauiné, a que por corrupção do vocabulo chamam os brancos Anavilhena. É povoado de gentios Aroaquiz. (: 575)

A pequena largura de um rio era tomada como impedimento à navegação, ou vezes dificultava a viagem, por “ser tão estreito o rio e tão entulhado de páos cahidos, que, sem o trabalho de se abrir caminho, se não podia passar avante” (: 256). As medidas de largura podiam ser demonstradas de formas diferentes: “o rio se estreita, de forma que de uma se alcança a outra margem com uma pedra atirada por qualquer pessoa” (: 255). No rio Ixié, “com um tiro de bala se atravessa a sua largura” (254), sendo que “em uma garganta [possui] 10 braças de largura, e assim por diante se vai alargando e estreitando mais e menos, não passando de 20 braças a maior largura, e essas em bem poucas partes” (: 254).

Dizia que a foz em estuário criava uma impressão de grandeza, desmentida para quem navegasse num maior percurso a montante. Um exemplo podia ser visto no caso do rio Cauari, afluente do rio Negro, que na “foz representa ser rio maior que na verdade é” (: 495). Também o rio Ixié tinha sua “entrada [foz] mais larga [...] do que a sua continuação; [...] mais estreito do que o Uaupés e por isso, a meu vêr, mais sombrio e veloz que elle” (: 247).

A largura do rio Negro foi comentada: “A largura do rio, que ali se deixa gozar da vista, é tão notável como a que se goza em Moreira” (: 558).

As fases de seca e enchente favoreciam ou não a navegação, pelo aparecimento de pedras, bancos de areia, praias (: 247), tornando-se os rios muito rasos,

secos nas vazantes e pelo aumento de correntezas e risco com pedras nas cachoeiras e corredeiras nas enchentes.

Na fase anual de menor volume de água nos rios, a “vasante”, apareciam bancos de areia submersos que chegavam a impedir a navegação. Assim, do rio Uaracá de “água preta”, diz ser na “*vasante mui cheio de arêa, que dificultão a navegação das mais pequenas canôas*” (: 292). Nesses casos, a canoa tinha de ser “arrastada” (: 146). A dinâmica das águas, depositando areias em pontos variados do rio, criava praias, como a observada pelo arquiteto Landi, que disse da “*lingueta de terra de quasi 4 braças, que começava a levantar-se*” (: 225).

As pedras em leitos de rio, que traziam perigos à navegação, podiam ser chamadas de “caxopos” (: 245). Até mesmo sedimentação no leito do rio era observada, talvez por serem impedimentos à viagem em canoas.

No rio Uaracá, encontrou ilhas e lagos, em faixa de inundação, em tão grande número “que muito poucos se navega pelas margens da terra firme”, possuindo “dilatados alagadiços, que são outros tantos baixos, que importunão a navegação” (: 292). No mesmo rio, porém, encontrou “algumas terras firmes, com pedraria continuada e interrompida; toda a sua pedra é lioz, elle guarnece as gargantas, que em algumas partes estreitão o rio” (: 292). Dificultando a navegação, encontravam-se pedras em forma de “laje” (: 224). As áreas pantanosas podiam ser denominadas “charcos” (: 478), ou igapós: “Ali se abre a barreira na enseada, que forma um pantanal, que é o que quer dizer o nome de — igapó” (: 472). As áreas inundadas pelas enchentes dos rios eram já chamadas de “vargens”, denominação que varia hoje muitas vezes para várzea (: 71). Em outro local diz que “toda a terra das margens [do rio] é vargem”, tida como imprópria para a agricultura (: 263).

Nessas várzeas, podiam-se encontrar “tezos” (: 255), locais não inundados. Para locais fora da inundação, davam também o nome de “taboleiro”, podendo ser a “face superior, que lhe oferece a barreira” (: 305-6), ou “ribanceira” (: 152). Um exemplo dessa situação era encontrado em Thomar, onde a várzea tinha “claros [áreas campestres com vegetação herbácea-arbustiva] interrompidos por capoeiras de mato, e supposto que se alagão com as aguas do inverno, nunca deixão de sobressahir alguns lombos de terra” (: 71).

No rio Paduari, eram poucos os locais onde “se levantão algumas das suas beiradas, e chegão a haver barreiras de quatro e mais braças de altura, de rio vasio” (: 287). Nessas “barreiras”, que são diques marginais de rios, instalavam-se as vilas, localização preferida até hoje pelas populações ribeirinhas regionais, servindo como refúgio permanente contra as inundações dos rios. Pode-se ver isso na descrição do “lugar de Airão”: “Fica imminente ao rio, porque está situado sobre uma barreira modicamente elevada, correndo pelo alto d'ella, ao longo da margem, uma bem formada planicie, em que está disposta a povoação” (: 558). A altura dessas barreiras era variada. Em Barcelos, havia duas barreiras, onde uma delas, a “barreira da margem da Repartição é muito mais baixa do que a primeira. Nas grandes enchentes, quasi toda se alaga, e o Rio chega a beijar os batentes das portas dos quintaes” (: 307).

Em uma vila, observou a erosão de barrancos, barreira: “anualmente desabam mais, e menos consideráveis porções de terra, á proporção das enchentes, que se verificam. Para a mesma ruína igualmente conspiram as enchurradas das agoas recebidas nos largos da retaguarda da Vila e dentro d'ella. De cima do taboleiro da frente se precipitam no Rio, e assim vão solopando e excavando terra de barreira” (: 306). O represamento de um canal de escoamento fez com que as águas pluviais subissem no nível topográfico, invadindo a “barreira”, ficando esta

“cortada de desagoadouros, que a arruinam” (: 307). Na “villa de Thomar”, a evolução de uma erosão sobre os barrancos da vila era vista como positiva: “o rio continúa a solapar cada vez mais uma pequena ressaca, que ali faz a barreira” (: 70-1), que “bem se pôde considerar como o princípio de uma valia que, sendo bem aproveitada, servirá de abrigo para as canôas” (: 71). Em outra povoação, uma vala foi construída como solução para um problema, sendo “que o director actual fez abrir, para facilitar a escoante das aguas estagnadas” (: 90).

As margens do rio Negro “sam sombrias, e muitas d'ellas enxutas e altas; aonde eu tenho contado desde 1 até 6 braças de altura” (: 604). Essas margens altas (barreiras) eram também chamadas de “altas ribanceiras” (: 152). Ainda nas margens poderiam ser encontradas “campinas”, como áreas sem vegetação florestal, como em Lamalonga, onde na “retaguarda da povoação estava sua campina interceptada por capoeiras de mato” (: 90). As capoeiras eram as áreas desmatadas e já colonizadas por espécies nativas.

As áreas fora da inundação sazonal dos rios j a eram, na época, chamadas de “terras firmes”, sendo apropriada para o plantio de roças (: 291), “roçado” (: 307). Nas terras firmes originalmente encontravam-se “matas virgens” (: 378). Nas áreas onde os rios fazem “estreitos [...] se v em as terras firmes [em] ambas as margens” (: 605).

Acima do “lago de El-rei [...], principi o as terras altas; são capazes de toda a planta o” (: 291). As denomina es entre “terras firmes” e “terras altas”, indicam ser as primeiras, áreas não inund aveis nas depressões interplan ticas e as segundas, bordas de/ou regiões montanhosas.

As cabeceiras do rio Branco, nos divisores de água entre as bacias hidrográficas dos rios Amazonas e Orenoco, localizam-se em “serras” (: 270). Essa era área de litígio entre portugueses e espanhóis, sendo que estes tinham os “fortes de São-Carlos e São-Filippe ou Santo Agostinho, e alguns outros estabelecimentos que por eles f r o intrusos desde o anno de 1759” (: 270-1).

As escarpas onde encaixavam-se os rios eram “penedias”, paredão (: 200) e outros acidentes geográficos positivos das margens de rios eram denominados “outeiros pela maior parte modicamente elevados, alguns deles compostos de saibreiras, ordinariamente apparecem aos pares, em distância pouco sensivel um de outro outeiro, porem cada par sensivelmente distante entre si” (: 203). Maiores que os “outeiros”, segundo ele, eram as colinas, nas margens do rio “Içana”.

No alto da serra do Cauaburi, interpretou o autor a ocorrência de queimada, como tendo origem espontânea:

Er o 6 da tarde, quando me achei debaixo da grande serra do Cauabun': parece   primeira vista uma praça arruinada; algumas veies a tinha eu percebido antes de chegar a ella, mas pouco podia distingui l-a através de grossas nuvens, que raras vetes levant o dela o seu p : estão as suas abas cobertas de infinitas árvores, que as assombr o.

O cume   escalvado consta de saxo, o qual chega a adquerir com o sal um tal grão de calor que incende o restolho, que n'elle ha; e do fogo assim excitado procede nos indios, que os observ o, a admira o com que vêm e cont o uns aos outros, que ha na dita serra um fogo prodigioso, por que ignor o a causa: uma das suas sumidades se apresenta sob a forma de um grupo farpado, e   absolutamente inacessivel.

Eu não me resolvi a tentar a sua subida; e o mato das abas foi têm bem sagrado para os meus exames, por que nem eu me achava acompanhado da gente precisa para rebater algum encontro inopinado, nem na minha can a transportava os apoitos precisos de preven o para os casos de mordeduras das cobras, as qu es alli são infinitas, além de muitas onças, porcos do mato, e toda a casta de firas, de que aquella serra   um covil. (: 286)

O autor deixa de considerar nesta passagem, a compreensão nativa da g nese dos fen menos naturais, enxergando com o próprio medo o perigo das feras da

mesma serra, que acabam tendo o papel concreto de protegê-la do ataque de curiosos, no caso um cientista que lhe queiram desvendar os segredos, e assim a protegem por manter “o mato das abas [...] sagrado para os meus exames”.

Esse distanciamento entre o homem e a natureza no pensamento europeu, ao mesmo tempo tão racional e tão mitificador de situações e entidades que não domina, é uma constante na percepção da realidade pelo autor, que sempre atenta para o “evidentíssimo perigo” de trechos da viagem em canoas (: 145).

Numa cachoeira do rio Negro, demonstrou o medo causado pelos elementos da natureza ao considerar que “a celeridade das correntes, os redomoinhos das águas e o estrondo, que faz ao despenharem-se dos saltos, persuade-se V. Ex., que tudo isto contrae o espírito mais desembaraçado” (: 153). No mesmo rio, outra cachoeira chamada “caldeirão, porque é um grande vortice ou redomoinho d'água acelerada entre rochedos. De rio cheio é perigosíssimo de vencer; a canoa que tem a desgraça de ser arrebatada por elle, passa pela última de ser submergida” (: 200). Dessas vivências, escapou ao seu relato (ou olhar?) a beleza do local, assim como uma valoração positiva das forças da natureza, atentando para os impedimentos e dificuldades que impunham à viagem.

Em uma missa celebrada sobre as pedras da margem de um rio, disse o arquiteto “Antonio José Landi”, membro da expedição: “com grande prazer fui espectador dos contrastes, que fazião as orgulhosas e espumantes águas com a força de tantos índios e soldados” (: 223), que participavam da missa. Enxergou aqui um contraste entre o natural e o humano, a natureza e a cultura, onde ao natural coube a qualidade do orgulho e, ao ser humano, a força, provavelmente pensando também no jogo humano de dominar os elementos naturais.

O homem, os recursos naturais e seus usos

Na Capitania, para consumo interno produzia-se arroz, mandioca, milho e feijão (: 656). O produto mais importante era a mandioca, que oferecia recursos nas épocas de baixa oferta alimentar. Os índios “durante as fomes do inverno, da mandioca é, que tiram o pão e o conducto. São tantas as qualidades d'ella, as quaes elles distinguem pela sua côr e sabor, por esgalharem muito ou pouco, por durarem mais ou menos tempo debaixo da terra, e por darem maior ou menor raiz” (: 692-3). A convivência por um longo tempo na região e o conhecimento das culturas locais, permitiram a seleção de muitas variedades de mandioca, conforme características produtivas e adaptações ecológicas, em ambientes específicos, traduzindo riqueza perceptiva e genética. Em uma roça indígena encontrou mandioca das

seguintes qualidades, que especificadas pelos nomes que tem na lingua manoa, se chamam: uiriky, dauaray, uguigy, acaiuy, adauky, mauacuhi, messade, mepadeky, suruky, miacabé, mucanabé, metaky, maquiaca, caricauaky, ruabuky, uaiky, maianabé, mamaruca, portirahi, cauabé, peuiriky, auaô, aruky, atarubaquí, urumahy, uapahy, cacauabé, uivaky, uerechy, dauaqui, pepuiriquiqui, macubi, liaboky, uno, iparibé etc. (: 693)

Um instrumento para o beneficiamento da mandioca, que servia para retirar o excesso de líquidos é o “tipiti [...] de casca do talo de guaruman, ou de jassitara, que é a melhor, porque dura mais” (: 693). Os instrumentos, produtos e processos de produção de alimentos regionais tiveram enorme contribuição indígena. Entre os produtos citados pelo autor, até hoje típicos e tradicionais na Amazônia, estão a maniçoba (698), o tucupi, tacacá, goma, farinhas-de-mandioca, polvilhos (: 694) e beijus (: 696-7).

As espécies tidas como próprias para a produção exportável eram o anil, o café e o tabaco, nos solos das margens dos rios (649), nas “terras firmes” (472), que são os terrenos não alcançados pelas inundações sazonais. Em outra passagem, ressaltou que, nas proximidades da foz do rio Negro, a “agricultura geral dos moradores brancos, e de alguns índios, [consistia] em maniba, tabaco, cacau e milho” (: 582).

O colonizador problematizando a baixa produção regional, encontrou como causas a preguiça dos homens brancos locais:

Não veio gente activa, como digo, não tronxeram instrumentos de lavouras; mas não se introduiram as machinas vivas nem mortas; não se beneficiaram ás sementes; e sobre tudo ainda não foi nomeado para intendente das colônias um homem entendido neste genero de estudos, que tivesse princípios e experiencia, e que a i-lirte o houvesse enviado para este fim. (: 501-2)

Além disso, outras dificuldades, como “os esforços dos que não são preguiçosos encontram a falta de braços de que necessitam; [...] dos pretos [...] não se fiam alguns dos lavradores capazes de os pagar, [...] os poucos índios que ha, são incessantemente distrahidos para o serviço das expedições régias” (: 63). As expedições régias eram as viagens que tinham como fim os interesses da Coroa portuguesa, como o reconhecimento de espaços e a definição de limites.

Os serviços governamentais que desviavam os índios da produção e coleta de recursos nativos eram, no governo do capitão general Manoel Bernardo de Mello Castro, a reedificação “do fortim da Barra do Pará, fortificando o Macapá e o Gurupá”, o socorro à “capitania de Matto-Grosso”, a “demarcação de limites e

os cáries de madeiras [...7 para remetter ao arsenal real da marinha de Lisboa, occupando um consideravel numero de índios aldeados, ficando] facil de compreender os poucos que restariam para a lavoura, e para a colheita das drogas do sertão, e pouco que por isso podiam avançar a exportação e o commercio. (: 516)

Em seus escritos, não foram encontradas as denominações das madeiras enviadas para Portugal, assim como suas qualidades e usos.

Outro fator de diminuição da produção era a predação por animais que alimentavam-se dos tubérculos, dos grãos ou das próprias plantas. Assim, roças de mandioca, chamada “maniba, tem sido destruídas a final por uma innumerável multidão de porcos, que ali chamão taiaçús” (: 63), que são o cateto e a queixada. “O arroz por outra parte padece o inconveniente de ser devorado pelas arañas, que são certos passaros como os melros do reino” (: 63). Do anil, informa terem “as lagartas, os grilos, e os gafanhotos perseguido o que havia nascido” (: 534). A área ao redor da “povoação anexa á fortaleza da barra do Rio-Negro”, era perseguida pela saúva” (: 582). O plantio do cacau vinha sendo abandonado, pelo ataque do “lagartão” (: 655), o anil sofria com o “bixo” (: 237). Esta passagem faz lembrar outros momentos de seus relatos, onde aponta a preguiça humana como a responsável pela baixa produção regional. De outro modo, pode-se entender que o plantio em pequenas áreas fosse a técnica adaptada às condições regionais, fruto de um convívio com o ambiente e de uma harmonização com a natureza, não querendo com isso forçá-la a produzir em escala, quando eram tantos os predadores naturais da produção, muitas as intempéries climáticas e inadequados os solos para a agricultura.

O plantio do café vinha dando melhores resultados sob a sombra dos ingazeiros (: 63), em modo de manejo criativo, barato e de fácil implementação. Esta medida contemporaneamente integra o ideário de produtores da “agricultura ecológica”, que pensa em minorar ou excluir problemas com estratégias naturais.

Das frutas exóticas cultivadas, informou:

há pouco tempo, que pela capitania do Matto-Grosso se introduíram no Rio-Negro o jambo e o tamarindo. O figo, a laranja, a lima, o limão doce, a abobora, a melancia, o melão, o pepino, a beringella, e o tomate foram transplantados da Europa. A taqueira, ou gerumum de machado, e o colombo foram introduzidos pelos ilhéus. O côco, e a ata vieram da Asia. (: 701)

O tamarindo e o jambo, chegados ao rio Negro por Mato Grosso, foram remetidos pelo “Exm. Sr. Luiz de Albuquerque, que de Mato Grosso, donde é general, os enviou ao Exm. Sr. João Pereira Caldas, que o repartiu por alguns moradores” (: 735-6). Para a otimização de oferta de recursos, a colonização introduzia espécies exóticas, principalmente de plantas, trazidas de outras colônias, mas não valorizava com a mesma ênfase, as plantas nativas.

As frutas cultivadas, chamadas pelo autor de “mansas” e “silvestres” eram: pupunha, abio, ingá, umaris, cobios, araticum, pacova e sorva, além de cocos, caju, biribá, ata, laranjas e limão. Este segundo agrupamento não é silvestre, sendo todas introduzidas (: 739). No contexto, a categoria “fruta mansa” não é sinônimo de espécie doméstica, já que inclui as nativas, mas indica aquelas espécies com frutos comestíveis, de bom sabor e sem toxicidade. Lembra o autor, já na época, que a diversificação de cultivos é uma forma de assegurar boas colheitas (: 121).

O conhecimento dos homens locais era valorizado como meio de se conseguir bons resultados na colheita (: 231), e reconhecia o melhor manejo de roças por indígenas (: 143). Havia, porém, outras considerações, como a de que a “agricultura dos índios não passa além da marinha” (: 79), pois são próximas das margens dos rios. E ainda:

Muito fkeram alguns em estudar a agricultura dos índios, que é outra casta de gente, que não tem domicilio certo: hje aqui planta uma roça, em outro lugar amanha, si a terra de per si não produz ella pela sua parte não trata de a beneficiar, a extensão do terreno é immensa, e esta mudança de uns para outros sitios consistia sempre a agricultura dos índios, e ainda hoje consiste a dos seus fieis imitadores. (: 501)

Vê-se que não era aceita a itinerância das áreas de plantio, como medida de manejo, sendo considerada mais uma expressão do atraso indígena. O menor tempo de convívio com os ecossistemas e a presença de técnica mais invasiva, permitia pensar na possibilidade de “domesticar” a natureza, tornando-a mais produtiva.

Parecia-lhe que a manutenção da colonização carecia de estímulos, denunciando essa fragilidade como característica nas áreas de posse portuguesa. Exemplificando, comparou a colonização portuguesa com a espanhola. Nesta última, uma maior disponibilidade alimentar e produção comercializável dava-se com o estabelecimento da criação de bovinos:

a falta de sustento [...] certamente procede de não termos n'esta parte imitado aos Espanhóes, nossos vizinhos: elles têm assentado, que da introdução dos gado vacum e cavallar depende a permanencia dos seus estabelecimentos. E sem duvida que um é o modo de conquistar e outro o de conservar: n'esta segunda parte nós outros não somos os modelos, visto que em ambas aquellas operações tocamos os extremos, porque o que conquistamos com excessivo calor, conservamos com excessivo frio. Quem deixará de ouvir com assombro, que em todo o Rio-Negro portuguez não ha ao dia de hoje 400 cabeças de gado vacum? Deixemos o Rio-Negro para entrarmos no Rio-Branco e veremos que nem por falta de informações, nem de ordens que se lhe seguiram, está ainda por se introduzir o gado nas suas vastas fertes campinas. O primeiro que informou d'ellas por escripto, supposto que pelo que ouvia aos que as viram, foi o doutor ouvidor geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio na sua Relação-

Geographica-Historica' do Rio-Branco da America Portugueza, escripta no anno de 1777, onde se explicou assim:

Deve-se notar antes de tudo, que a extensão dos campos, que os faz capazes da propagação de milhares de cabeças de gado, corresponde a boa qualidade de pasto; e que os mesmos campos são regados de perenas agoas, e para o necessario refrigerio dos ardores do sol, abrigados das sombras dos pequenos bosques, que por elles espalhou a natureza.

A facilidade de transportarem os gados aquellos campos, é o que precisamente tambem se deve advertir... Basta para principio de estabelecimento passar os gados, que se acham nas povoações do Rio-Negro, Amazonas e Solimões, onde tem tido pouco augmento 1...7. Este transporte por meio da navegação não padece difficuldade alguma. E supposta a possibilidade e facilidade de se estabelecer as fazendas de gado no Rio-Branco, é necessario mostrar quaes as utilidades, que d'ellas resultaram. (687-8)

Essas utilidades, entendia, englobavam o consumo local, a exportação ao “reino” e ao Pará, pois mesmo que “os campos da fertil e grande ilha do Marajó se achem bem povoados de gados, ainda assim consome o Pará um grande numero de arrobas de carne secca” (: 688).

Sugeria que as mesmas canoas utilizadas no transporte de tartarugas, poderiam em seu retorno, carregar bovinos: “Nada custa ordenar V. Ex., que a canôa das tartarugas, vindo como vem vazia, traga [...], de cada vez, duas vacas até o numero de dez cabeças e um touro” (: 690). Em outra passagem, mostra um modo de transporte de maior capacidade, que chegava a Barcelos. Era:

Uma Balça, ou Jangada, sobre a qual é formada uma cata de palha conduzida por seis pessoas ao som da Agoa, que serve de Hospital.

Quatro Balças ordinarias, conduzidas cada uma por seis pessoas, que servem de conduzir vinte e uma cabeças de Gado Vacum, quatorze de Gado Ruminozo, dois Cavalares, nove Porcos, cinco Perús, além de Patos, Galinhas, etc., e se adverte que estas porções são as com que chegaram ao dito porto, porque as referidas Balças podem conter um maior numero dos referidos Animaes. (: 441)

Novamente mostra-se o esforço para superar as adversidades naturais, visando o aumento da produção. O colonizador, em sua “visão suficiente do real”, enxerga o embate com o natural encontrado e busca modificá-lo, controlá-lo, em proveito humano. Mas a pecuária encontrava dificuldades para o seu crescimento. Em Moreira, os bovinos e ovinos eram “bem perseguidos das onças” (: 63). Contou um sitiante, que no igarapé Puca

teve ovelhas e cabras, mas a onça, por varias vezes, m'as comeu, de fórma que tudo lambem transportei para o dito logar IPoiareh onde a mesma féra as tem perseguido, além de outras que os mal intencionados matam, como Lambem outras morrem de bixeiras /miásasJ, em razão do que bem pouco ou nenhum augmento tem. (: 483)

As descrições mineralógicas eram marcadas pela concisão, sendo recursos naturais de interesse para a agricultura, construção e matéria-prima para artefatos.

A denominação de pedreiras podia trazer analogias a formas familiares, como um conjunto delas, no rio Negro, próximo a Airão, onde uma “ponta de pedras, a que, pela figura de algumas de suas escavações, chamam os brancos as igrejinhas” (: 575). Isso fazia de formações naturais marcos de orientação geográfica e inclusão cultural.

No mesmo rio Negro, “grandes lajes de pedra”, foram classificadas “no alto da barreira [como] um coz finissimo, unicamente com mais e menos tintura de ochra, e assim mesmo, ora mais, ora menos frageis, segundo a antiguidade da sua formação” (: 558). Em outra “barreira”, barranco de rio, o

tijuco, que é a argila vitriolacea de Linneo, mais e menos entremeada do chamado tauá, que é a ochra de ferro amarella; a outra porção de argila avermelhada toma o nome de curi. Em sendo queimada a ochra, que a tingem, muda de amarela para avermelhada [...] Aos bancos da sobredita argila, ora são superiores, ora inferiores, outros bancos de côr, que vem a ser esta pedra areenta, que, por ter sido recentemente coagmentada, com tanta facilidade se esboroa. (: 57)

Essa “pedra areenta” é aparentemente laterita, concreção recente de pequenas partículas em aglomerados, de tamanho variável.

O “curi e tauá, o anil e a tabatinga” eram recursos naturais utilizados como pigmentos de parede na igreja do “logar de Lamalonga” (: 91). Nas vilas, as paredes eram, “por dentro e por fóra, caiadas de tabatinga” (: 108).

Para aumentar a resistência da cerâmica, chamada na época de louça, os indígenas usavam “o barro mais limpo de arêa, encorporandolhe para não estalar, a cinza das cascas da arvore caraipê ou a cal dos cascos das tartarugas, ou o pó das escorias do ferro; e envernizando-a por dentro com a resina de jutaicica, para suprir o vidro” (: 699).

Na “povoação anexa á fortaleza da barra do Rio-Negro”, havia olaria onde faziam-se potes “para o negocio das manteigas, as quaes bem perto se fazem nas praias do Amazonas e do Solimões” (: 579). Porém, “quando trabalha a olaria, vam os indios buscar o barro ao igarapé do Jauanari, que fica da outra banda do rio, sendo-lhes assim preciso gastar meio dia de viagem, com bastante perigo dos Muras, emquanto se não reduziram e reconciliaram comnosco” (: 579). Nesse caso, não critica a distância da fonte de matéria-prima (argila), mas o risco de encontro com membros de uma etnia “não civilizada”.

No mesmo “logar de Lamalonga”, a

terra é fertil quanto se pôde desejar, porque além de que o seu fundo consta das duas qualidades de terras, areenta e argilosa, as quaes estão misturadas por um modo o mais favorável à vegetação, por outra parte ainda mais a ajuda a outra mistura de terra humosa, que é essa terra preta, por outro nome, terra de jardins, na qual se resolvem os vegetaes mediante a putrefação, que procede das vicissitudes do calor e da humidade (: 90)

Conclui o autor, no final de sua viagem que, na região do rio Negro, “nem em toda a parte tem pedras. As terras de que constam sam a arêa, o tijuco, a tabatinga, a ochra, o curi, e á superfície do terreno é que se vêem mais e menos grossas camadas de terra humosa, em que resolvem os troncos e as flôres, de que estam bordados” (: 604).

Em uma “caxoeira”, dominavam “saibreiras e quartzos lacteos, e por debaixo da área, onde a ha, se encontrão fragmentos do hyallino” (: 212).

Um “reverendo” comentou de pessoas de uma “nação” chamada “Cariana” que “forão vistas em outro tempo com folhetas de ouro nas orelhas, as quaes compravão a troco de penas a indios de outras nações, que se ignoravão”. Complementou que, agora “se sabe, que os índios da nação Pananua, que habitam na parte superior do Ucaiari ou Uaupés, uzão das mesmas folhetas, e que d'ellas passavão aos Tarianas. Subsiste, porém, a dúvida donde lhes vem os ditos fragmentos de ouro” (: 206).

Após fundidas e examinadas, concluiu ser prata umas pedras encontradas na região do rio Tiquié, que “devem ser reduzidas à natureza e denominação das piritas” (206). A prata, entretanto, não era minério cobiçado, já havendo outra jazida descoberta e não minerada na região do rio Tapajós (: 206).

Em “serras” ao norte, na bacia do rio Içana, encontrou “pedras de amolar” (: 248) e, nas “terras firmes” do rio Uaracá, “toda a sua pedra é lioz” (: 292).

A utilização de minerais na cultura material indígena foi pouco descrita. Para o autor, restringia a “indústria dos índios [...] nos ralos em que se rala a raiz de mal-liba; quebrão em lascas miudas o quartzo das caxoeiras, a que chamão pedra de ralo, embutem as lascas em suastaboas, distribuindo o embutido em forma dezizezaes e a envernizão com leite da sorva, corado com o tauá” (: 250).

Os índios, conhecendo o ambiente onde viviam, confiando na suficiência de seu estilo de vida e na produção das plantas que coletavam e animais que caçavam e pescavam, assustavam os estrangeiros brancos, inseguros de seu futuro na região, que mal conheciam. Assim, tratando o viajante da agricultura indígena regional e da fartura e variedade de recursos alimentares naturais, dizia que índio nenhum

planta mais do que a maniba precisa para o seu sustento; o que mais curiosidade tem, cultiva alguns pés de café; raras são as frutas, que elles procuram multiplicar; apenas a pacova, a laranja, o anan'k o abio: como hajam no mato o ingá, o umarí, as sorvas grandes, e pequenas, o tapiribá, e acutitiribá, o bacuri, o piquiá, a maçaranduba, e outras, nenhum cuidado lhes dá a sua cultura. (: 472)

Pensava que a mão-de-obra indígena local deveria ser utilizada em atividades condizentes com sua cultura, como a coleta, deixando o serviço da agricultura para os escravos negros. Requeria, assim, fomento do tráfico negreiro para o Norte do Brasil. Aos índios, propunha que os brancos deles se

esquecessem inteiramente para seus serviços de agricultura e de manufactura dos índios do paiz, redzkindo-se estes ás suas proprias povoações, como n'ellas sempre uteis para o serviço real, para a navegação dos sertões, para colheita das drogas dos mesmos sertões, por serem estes trabalhos tanto mais naturais á criação e costume dos referidos índios, e para os quaes não menos sempre convirá conservar as respectivas povoações e o augmental-as por via dos costumados descimentos. (: 520)

Pensava que aliar os conhecimentos indígenas aos interesses da Coroa portuguesa, era mais produtivo economicamente e promissor enquanto relacionamento interétnico, que escravizá-los, transformando radicalmente seus modos de viver. A interferência nas culturas, a seu ver, deveria ser gradual.

Os instrumentos da cultura material doméstica indígena eram:

panellas feitas á mão, das que se chamam igaçabas; redes de dormir, a que se dá o nome de maqueiras, e são de fios de folhas da palmeira muriti; cabaços, cuias, balaios, gurupemas, *tis, abanos, ralos, [...] para fabricarem os beijús e a farinha de mandioca. As pedras mais duras, depois de levzgadas, lhes servem de machadinhas; os dentes das pacas e das cotias, são as suas goivas e formões. (: 629)

Considerou os “Mura” como a etnia que “menos se trata e se alinha”, exemplificando com as “redes, em que dormem, [que] são meras entrecascas das árvores”. Da indumentária da mesma etnia, informou que os “homens sómente usam de umas tangas, ou saiotes de fio das folhas das palmeiras; as mulheres andam todas nuas”. (: 629)

As armas indígenas que citou, são de vegetais e pedras, sem especificação da origem. São elas:

massas de páo pesado, a que se dá o nome de braçangas [...]; as lanças de madeira simples, ou tostada ao fogo [-]; e os piques armados na ponta ou com algum fragmento de ferro, ou de pedra, ou de osso aguçado, aos quaes, segundo a sua gêrença, se dão o nome de murucús, e cuidarás [...].

Conserva [...] arcos, e [...] flechas [...] com alguma ponta de madeira aguçada ou de taquára, ou são hervadas, e tomam o nome de curahis.

Também [...] as palhetas e as sarabatanas, que depois das flechas, foram as segundas armas de tiro, que então se inventaram, e que ainda hoje são as unicas, que possuem os povos, que vivem na infância da sociedade. (: 626)

passa pela criação e uso de armas mais elaboradas e destrutivas.

Os índios usavam em seus ritos, “instrumentos marciaes e festivos”, como “trocanos, tamborinhos, trombetas, torés, membis, gaitas feitas de canna, de ossos de animaes, e de bicos de aves; cascaveis nos pulsos, nos joelhos, e nas tabocas que lhes servem de bengalas, com que batem no xão, e determinam o compasso das dansas” (: 624). Os indígenas da região eram algumas vezes caracterizados de forma genérica: “ornam os braços, as pernas, e os cabellos; trazendo pendurados [...] metaes, ou fragmentos de conchas, de cristaes, de palhas, que tamisem trazem pendentes nos narizes, nos labios e nas orelhas” (: 621).

Olhando o índio regional, o autor esboçou uma hierarquia evolucionista, baseando-se na vergonha pela exposição dos órgãos sexuais. Na época, não era possível entender que o desejo, a vergonha, e a malícia são culturalmente construídos:

todos ou quasi todos se deixam ficar no estado de uma quasi absoluta nudéz. Contentam-se com umas ligeiras tangas da entrecasca de alguma arvore, si é, que se querem dar á mortificação de trazerem cobertas as partes veighnosas.

Pelo que n'elles se observa, bem se póde, quanto ao principio e progressos que tem feito entre os homens a arte de vestir e de trajar, subir desde a sua infancia até o seu estado actual, percorrendo que os homens primeiramente andavam todos nús; pouco depois trataram de cobrir sómente as suas partes vergonhosas; donde se originaram as tangas, em que uma expedenda, e gosto mais tardio foi aperfeiçoando a materna e a fórma. Cresceu o desejo, e em alguns paiZes os obrigou a necessidade a reparar os seus corpos, passando elles a usar de roupas abertas, que primeiramente as fizeram de folhas, e depois das entrecascas das arvores; e pelo tempo adiante das penas das aves, e das peles dos outros animais. (: 620-1)

No processo de interação interétnica, mudanças culturais e perdas de conhecimentos e técnicas podiam ser verificadas. Tratando de perdas culturais, ainda que não especifique a causa, lembrou que “no rio dos Solimões se perdeu a manufatura das tapoeiranas (que eram uns tecidos de algodão de diferentes matizes, fabricados pelos cambébas)” (: 676).

Das tinturas naturais, além do anil, reportou-se o autor “a bela côr roxa, de que com as folhas de umas arvores chamadas caá-piranga se tingem varios tecidos de algodão”, assim como “certa qualidade de tinta a que chama carajurú” (: 671). Das bebidas, salientava o guaraná, que já era comercializado e “fabricado pelos indios do Rio-Negro” e também pelos “gentios Magués” (: 672). Dizia, de etnia não citada: “Espremem os fructos do cipó d'este nome, quando estão maduros, e bebem o suco em agua. Os moradores brancos tambem o bebem, porem preparado ao modo dos Magués” (: 699-700), que era assim produzido:

Elles para prepararem o guaraná, que são os fructos da dita planta torrados e reduzidos a uma massa a que dão a consistência do pão o mais duro, ralão com o osso da lingua do peixe piraurucu, ou limam tanto quanto encha uma colhér, e lançada na agua esta dóse, com assucar, ou sem elle faz uma bebida de um sabor amaricante e frio muito diuretica sim, porem, para alguns causadora de vigílias. (: 700)

Essa forma de produção e apresentação continua a ser utilizada até os dias atuais, inclusive em Mato Grosso.

Os indígenas utilizavam frutos para a obtenção de sucos, como: “coquilhos das palmeiras do assahi, de ibacaba, e do patauá, e das frutas das arvores do umari, do tapiribá, do bacate, e o da fruta do ananá” (: 700). Os aguardentes eram produzidos de “canna, dos beijús guaçus, do cacáo, do café, da laranja da terra, do ananá, do ginipapo, do acajú do mato, do tapiribá etc.” (: 701).

O viajante lembrou a ocorrência de espécies vegetais venenosas, de que os índios faziam uso ou temiam seus malefícios:

instantaneamente morre que usa d'ellas: taes são o assacú, a berra de rato, e o timbó, com que os indios matam o peixe, além de outras muitas, que ainda hoje são pouco conhecidas pelos domesticos. Dos gentios do mato é certo, porque o estamos vendo, que dos sucos das plantas venenosas preparam as suas herraduras para as pontas das frechas, com que matam a caça e os seus inimigos.

Nem as ditas plantas se criam sómente pelo centro do mato, mas tambem pelas margens dos rios, como é o dito assacú, de que os mesmos indios a mesma sombra receiam (: 745-746)

Marcou o autor uma correlação entre a localização das antigas aldeias indígenas (taperas) indígenas e a ocorrência de uma espécie de planta, que chamou de mamão banana ou pacova. Foi assim, um precursor de interpretações ambientais de interesse arqueológico. Percebeu ainda preferências quanto às condições adequadas de meio, como a qualidade diferente da luminosidade da manhã e da tarde, demonstrando uma observação ecológica pormenorizada. Disse ser espécie colhida em

abundancia em todas as partes, e n'este rio tem lugares em que se não dão, sinão ao pé das casas mais ou menos desviadas, pela assistencia que se lhe faz com o lixo; é certo, que a parte opposta á do meio dia, as dá em abundancia, assim como tambem em todos os lugares, em que viveram gentios muitos tempos (: 737)

Os brancos pouco conheciam os recursos vegetais nativos, o que criava problemas. Em Barcelos, a construção do palácio cobriu-se de insucesso pela pouca durabilidade do madeiramento escolhido. Para ele, isso repetia-se comumente, pois os engenheiros não escolhiam as espécies duradouras. Na construção, “toda a casta de madeira servio para ella, porque o Engenheiro não consultou os praticos do Paiz: em apparecendo um tronco direito, e com a grossura precisa, para servir de esteio, fosse, ou não de duração, indiscriminadamente o aproveitava” (: 327).

Os recursos nativos de coleta eram reconhecidos como grande fonte de receita para a Capitania, podendo ser comparados com o ouro. Para ele, “as drogas do certão são para o Estado do Pará, o mesmo que as minas têm sido para Portugal” (: 117). Ou ainda: a “riqueza, ou pobreza das povoações pende da riqueza ou pobreza do mato” (: 119). Em outro momento colocou-se, porém, “contra o abuzo do negocio das drogas do certão em prejuizo da agricultura” (: 125).

Ressaltava o autor, já na época, o descaso com que eram vistas as espécies nativas, como as “plantas indigenas, que nenhuma admiração cauzão, si vivem dentro do mesmo paiz” (: 129). Dentre elas, ocorria espontaneamente o arroz vermelho “nas vargens, e terras pantanosas” (: 129), mas era consumida apenas pela “gente pobre”. Os mais abastados compravam o arroz branco importado de Portugal, que foi introduzido no norte do Brasil em 1761 e, com o tempo, substituiu o arroz nativo (: 133).

Um lavrador chamado Antônio Villela do Amaral foi citado como o mais curioso e devotado estudioso de plantas, experimentador e dispersor de espécies vegetais de uso humano, não resumindo seu plantio a fruteiras exóticas, mas também nativas frutíferas e produtoras de óleo ou madeira (: 380-1). Havia assim, na região, pessoas com uma orientação de produção peculiar, que é considerada “nova” nos dias atuais.

Em um local, fez uma listagem de espécies arbóreas ocorrentes, sendo tratadas em sua nomenclatura local como “molongo verdadeiro, a castanha macaca, o macacú-guaçú, a mongúba, o ingápiranga, imbirarema, atecúitaihua, o arapari, o mutitirana, o paracutaca, [...] cipó de uambê, e das palmeiras do assahi, ibacaba, patauá, paxiuba, iará, iaxitara, muruti, caraná, etc.” (: 255).

Próximo a Airão, se recolhe o breu [resina vegetal], que é preciso para o calafêto das canôas d'este rio; e aquele é o breu, que, por ser branco, lhe chamam os indios sicautautinga” (: 563).

Era pouco utilizado na Capitania o cipó localmente chamado “uambécima, de cujas casca se tecem cordagens bem fortes para as embarcações”, assim como grande quantidade de tabocas grossas (bambu) que vinham sendo pedidas para fabricar “porta-cartuxos” de seus gomos (: 658). No “rio Yauapiri tem algum oleo de cupahiba, e que o habitam alguns gentios de nação Aroaqui” (: 527). Próximo do “logar de Lamalonga” encontrou abundantes populações de “palmeiras muriti, jauari, e assahi; a piassaba é mais rara; [...] a caapiranga é muito vulgar. Em qualquer parte se encontra ubim: só da caxoeira para cima ha ubussú para as coberturas das casas” (: 289). Isso demonstra o uso comum de espécies de palmeira na cobertura das casas. Para a construção, utilizavam assoalhos de “jussára [uma palmeira], esteirado o assoalho de tabocas [bambu] abertas a machado”, sendo a cobertura de palha, e as “portas são de madeira” (: 108). Nas vilas, as casas raramente eram cobertas com telha. Em uma vila, usava-se a palha de “obim, que não dura mais do que quatro annos”, segundo ele, por não haver outro melhor recurso (: 361). Na “vila de Thomar”, a igreja tinha um “altarmór”, o único, com “retabulo feito dos pés das frondes da palmeira muriti” (: 72).

A “piassaba”, um: “palmeira”, podia ser usada como forro de casas (: 261), mas era utilizada preferencialmente na confecção de cordas, muito valorizadas, sendo para o autor “um artigo tão recommendavel por si mesmo, para o bom exito da navegação pelas caxoeiras d'este rio” (: 81). Na falta deste recurso, usavam cordas de “timbótítica, mais resistentes que as de “linho breado e não breado”, que “mais tempo aturão sem serem roídas pelas saibreiras” (: 157).

As espécies vegetais do extrativismo regional exportados na época eram:

- a) O breu da margem fronteira ao lugar de Airão
- b) A salsa dos rios Padauari, Marauia, Canabun's, Uaupés e Içana [...].
- c) O cacáo da foi do Rio-Branco, e de algumas serras das cabeceiras de outros rios collateraes
- d) O puxuri dos rios Urubaxi, Ajuaná, Ueneuxi, Xinará e Içana
- e) O puxuri-mirim, ou fructo da arvore da casca preciosa [...] nas ilhas defronte de Maçarabi.
- f) O balsamo de umeri.
- g) A piassaba dos rios Maná, Curicurian, Ixié, etc; além de algumas cascas de madeiras finas para moveis e peças curiosas como são:
- h) A de muirá-pinima, das imediações do sobredito lugar de Airão.
- i) Muirá-piranga e pau roxo, da parte superior do Rio-Negro.
- j) E páo amarelo do Rio-Branco. (: 657-8)

Pela descrição, pode-se depreender a marcada territorialidade das espécies vegetais, demandando viagens demoradas e onerosas e requerendo ainda, um bom conhecimento de seus locais de ocorrência, sendo que as viagens de coleta demoravam até 5 meses (: 82).

O autor pensou e mesmo pretendeu implantar medidas de manejo produtivo que elevassem a produção regional. Das “drogas do sertão”, pensava em

racionalmente se poder em' prehendder a sua extração com o menor risco possivel de se frustrar a despela e o trabalho. E eis aqui me v jo obrigado a escandecer-me outra ver contra os causadores desta distancia, porque, supposto que no principio não demorassem tão longe os togares do certão, em que se davão á salsa, o cravo, a cupaúba, bem longe fez, que já hoje o esteião, a nenhuma policia das matas, que até aqui praticarão os cabos e os indios remeiros das canôas do negocio, na extração de todas. (: 126)

Enxergava assim, o immediatismo dos interesses na retirada dos produtos e a

inexistência de monitoramento e manejo nessa extração, levando espécies à extinção local e fazendo a viagem de coleta tornar-se cada vez mais longa, demorada, onerosa e assim anti-econômica. Avaliou o autor, o desperdício na coleta da salsa:

facilmente se reproduz quando as suas raies são desarraigadas a tempo e com modo, e a chamada mamaiapoca, se deixa disposta na terra, ou ao menos sobre ella, a salsa, digo eu, é violentamente arrancada, desperdiçadas as partes que pódem servir para a sua reprodução, no mesmo togar, e dentro de trepara quatro armas; e cada cabo o de que trata é de recolhei-a, elle só é só aquella vez. (: 126)

Por um lado, a extinção de espécies poderia trazer problemas para as sociedades locais, que não mais teriam os recursos para uso próprio. Porém, é possível que tivessem conhecimento de recursos alternativos para os mesmos fins, que eram desconhecidas pelos brancos, ou conhecessem áreas próximas de ocorrência dos produtos comercializados, que eram desconhecidas por eles. Entre os índios, a inexistência do recurso poderia ainda ser valorizada como forma de evitar serem envolvidos em sua busca, a qual não tinham interesse. Para o autor, os

índios pela sua parte até praticão a malicia de deixarem dependuradas as arvores, ou queimarem as partes da planta, que elles sabem, que basta que fiquem sobre a terra, para se reproduzirem, porque tomárão elles, que tal salsa se estinguisse já por uma vez, para assim verem, si lambem se extingue a perseguição, que por esta parte experimenta a sua preguiça, e o seu amor à ociosidade. (: 126)

Pensando no planejamento regionalizado da produção, preferia, para a coleta, a região do rio Solimões, pelas facilidades da navegação, maior oferta e proximidade dos produtos da coleta, além de possibilidades políticas interétnicas. No rio Negro,

bem pouca, ou nenhuma conta deve n'elle fazer o commercio da Salsa, e do Cacáo das Serras superiores aos Rios que n'elle dezagoam, porque, alem de servir o referido commercio de enfraquecer a Agricultura de uns generos de tanta reputação, com o pensio-nado detalhe, que é precito fazer dos poucos índios, que ha; com as demoras de tempo; e com a incerteza do lucro; padece por outra parte o evidente risco das Cachoeiras, que é precito subir e descer. O que não succede nos Solimões, porque as suas terras são proprias para produzirem os generos, que se cultivam, e em muitas das suas Ilhas nasce espontaneamente o Cacáo, e em alguns Rios, que n'elle desagoam, nasce da Salsa, que mais perto fica das povoações alli estabelecidas, e prezenemente sem o perigo dos Muras, se para o futuro não quebrarem o pacto de paz e de amizade, que agora contractam conosco. (: 466-7)

A coleta indiscriminada de recursos na região o fez recomendar o manejo da suspensão da coleta de casca do cravo, árvore nativa, que já havia sido feita em 1688, “prohibindo que pessoa alguma fôsse aos rios Capim e Tocantins [no Pará] a tirar casca de páu cravo, por tempo de dez annos” (: 127). Recomendava ainda evitar que a coleta do cravo fosse feita “das arvores ainda novas, para não embarçar sua multiplicação e conservação” medida que recomendava também para copaúba (: 127).

Próximo à povoação de Nossa Senhora de Maçarabi, encontrou, nas “ilhas fronteiras [...] a arvore da casca precioza, que na lingua baré se chama inidáo. O director não cessa de recommendar aos que a procurão, que não cortem as arvores como costumão” (: 146). Outro nome indígena para a espécie era puxurimirim, sendo seus frutos procurados por pássaros, “os quaes nenhum outro perseguem com tanta avides como este” (: 147).

Outras espécies sofriam com o excesso da extração:

Pelas immediações do Togar [Airão] ha a estimavel madeira, que por aqui se chama muirá-coatiara, além de outras muitas, que lambem são finas, e como taes merecem estimação. É certo, que no corte de todas ellas não tem havido reserva alguma, tendo até agora sido livre a todo qualquer particular o cortala, quando e como quer, sem differença no abuso, que igualmente praticam os habitadores do rio Solimões com as sumaumeiras, que dam a sumaúma branca, os quaes cortam as arvores para lhes tirarem a sumaúma. (: 563)

A extração desmedida de toras do pau-vermelho (qualificativo tornado nome, já português, do nativo embirapiranga), faria, segundo ele, com que se extinguisse esse recurso em locais próprios ao seu transporte, lembrando que, para a época, a ocorrência desses recursos (de grande peso) em locais distantes os desqualificava como recursos, por não haver meios para transportá-los (: 246).

A sorva, espécie nativa de “excellente sabor”, sofria com o manejo predatório, sendo “pena que para colherem os frutos, deitem abaixo as arvores” (: 739).

Pensando na rarefação de recursos nativos de interesse econômico na época, o autor sugeriu seu plantio, diminuindo o tempo necessário para a viagem e coleta, já que os estoques estavam cada vez mais distantes das povoações, posto que havia depredação em áreas próximas. Assim, reconhecia: “já hoje estão estas drogas tão longe de nós, qual é a razão, porque em vez de subirmos nós aos certões em diligência déllas, não fazemos, que desçam ellas a meterem-se-nos nas mãos, e a familiarizarem-se connosco?” (: 127). Essa domesticação já vinha, com efeito, sendo feita com a salsa (: 128), com o guaraná e a aiapana, considerado “o mais forte antidoto contra o veneno das cobras” (: 129), além de outras frutas. Houve ainda ações indígenas de plantio de piassabas na povoação de Caldas, quando de seu “descimento” (: 128), e de brancos em outros locais.

Encontrava-se, assim, na região, o conflito de interesses, entre os índios, que apenas queriam ser deixados em paz, os extratores brancos dos recursos naturais, que queriam resultados econômicos imediatos e o representante da Coroa Portuguesa, que pensava na manutenção dos recursos naturais, enquanto economia, no futuro.

Durante a expedição, na observação da vida cotidiana, autor situações que interpretou:

Os gentios faceis em crer tudo quanto lhes parece maravilhoso, pelo temor em que os põe o seu sacerdote, se Arpoem a estar pelo que lhes elle dia, • explica-lhes os sonhos, observa os presagios, e intima-lhes a attenção ao canto, e ao vôo das aves, e aos gritos dos outros animaes.

Todos estas circumstancias (lhes adverte) são prognosticos do futuro, e si de alguma d'ellas pronuncia, que lhes é desfavoravel, não se executa o que estava deliberado. (: 619)

Enxergou essas compreensões como uma irracionalidade, sendo para ele, a relação causal do pensamento racionalista a única maneira de acessar a realidade. Porém, a racionalidade é uma construção, com muitas possibilidades.

Entendia Alexandre Rodrigues Ferreira que na vida local, com a dança, se definiam as decisões sociais, sendo essa representação usada nas mais variadas situações:

a dansa [...] é uma occupação muito séria e importante, que se envolve em todas as circumstancias da sua vida publica e particular, e de que depende o principio, e o fim de todas as suas deliberações.

Si se trata de consultar os oraculos, para se lhes revelar o misterio, que indica alguma fome geral, alguma inundação repentina, alguma praga de ratos, ou de formigas, que lhes devoram as roças, algum canto das aves, ou grito dos animaes de seu agouro, o pagé ou o feiticeiro dispõe a dansa; e d'ella e das differentes causas que pede em nome do oraculo (que sempre são as que elle deseja para si) fadepender a revelação do misterio. (: 623)

Já enxergava o autor, então, as relações estabelecidas entre as etnias indígenas e espécies vegetais e animais, como fonte de significado, que foi, na história da Antropologia, motivo de pesquisas. Na área das ciências ambientais, podem ser desenvolvidas, atualmente, leituras da situação de espécies da flora e fauna quanto à respeitabilidade ou execração que lhes devotam as sociedades, sua conservação ou perseguição, postura que pode levá-las à extinção, e a partir disso, a mudanças na cultura, na sociedade e no ambiente.

Em outra passagem, destacou um contato ritual entre os indígenas e planos simbólicos de realidade, para pedir ou agradecer pelo sucesso de empreendimentos:

si celebram alguma grande caçada, ou pescaria, alguma colheita de fructos da sua estimação, para os seus vinhos e bebidas; elles tem dansas e farças próprias, para significarem os diferentes motivos da sua alegria ou tristeza. Si a caçada, por exemplo, foi bem sucedida, conforme é a especie do animal, que elles caçaram, assim é a mascara, que fazem para o baile.

O festejo por causa de uma boa caçada de porcos, se faz com uma mascara, que representa a cabeça de um porco.

O da pescaria de um peixe-boi, com outra mascara que o representa (: 624)

Em sua percepção, as atividades cotidianas da aldeia compunham um todo brutal. Dessa forma, “as caçadas que fazem na paz, são os exercícios para a guerra, do mesmo modo que elles rastejam [rastreiam] a caça, assim entram a rastejar uns aos outros” (: 627).

Sendo os humanos seres materiais, é natural que deixem sinais por onde passam, como outros animais, não sendo estranho que se use a mesma técnica de rastreamento. Porém, descreveu-os com extrema crueldade. Resta saber se os mesmos índios, sabendo dessa leitura, não concordariam, orgulhando-se dela. Atualmente, na sociedade globalizada, pensa-se inclusive na docilização dos corpos como fruto do “processo civilizatório”, sendo que a liberação de instintos e a experimentação de “devires animais” surgem como estratégias de libertação para o encontro de outras formas de ser e estar no mundo.

Comparava a qualidade dos recursos locais, com os da Europa. Era o “piraurucú bem salgado e seco o bacalhão do estado; assim como o peixe-boi de moura imita o atum do reino” (: 686). O peixe-boi, um mamífero aquático, era pêgo com arpões (: 475).

A pesca dava-se principalmente nos rios e consistia de peixes e tartarugas. Para o autor, apenas na

vasante se tira a maior copia de peixe fresco; e este ou o tiram das tapagens, ou o pescam á linha, ou o frecham, porque os moradores não usam de redes. Então com alguma fartura mais se vive; porque para as mesas delicadas se pescam a pescada, o mandubi, o mapará, e o uçará, e para a gente de trabalho os surubins, tucunarés, as raias, as piráras, pirauibas, piraurucus, peixes-boi, e outros peixes, ou animaes aquaticos selvagens, que se pescam, ou harpoam em quantidade, quando se lhe faz diligencia. [...]

É certo, que tambem de inverno se tira algum peixe fresco; porém é Iamsómente o pouco que cae nos cacuris e nas tapagens. (: 685)

Mostra, aqui, além da sazonalidade da coleta de recursos, as divisões sociais de seu consumo.

Algumas áreas mostravam-se fartas para a pesca e a caça, como a do rio Padauri, onde dá a impressão de estar em uma terra de fartura. Lá, havia muitos peixes como tucunaré, traíra, aracu, piraíba, piranhas, surubins, entre outros, tartarugas (localmente chamadas jurarás e tracajá) e peixes-boi, na época de enchente. Nas “terras das margens aparecem os jabotins, os taitetés, e veados etc., nadão no rio infinitas lontras, antas e capiváras; e quanto ás aves nunca vi tantos

mutuns, e kujubis” (: 289). O rio Branco também “abunda de caça e de toda qualidade de peixe”, diferindo do rio Uaracá “que é faminto”, ou seja, oferecia pouco alimento, assim como o rio Negro (: 485).

A fauna utilizada na alimentação variava conforme a subregião. Próximo a São-Joseph de Marabitanas, não havia “terras firmes”, apenas “alguns tesos para as suas esperas”. Os habitantes passavam “atolados

pelos pantanaes” em busca de mutuns, kujubis, garças, corocorós, papagaios, araras, entre outras aves. Os peixes coletados também eram de “alagadiços”, águas lânticas, paradas, como os tamuatás, traíras, jejus, jandiás etc. (: 257). Na falta de caça suficiente “aproveitavão-se as guaribas [macacos] em algumas ocasiões” (: 269).

A caça já se fazia exagerada, principalmente pela sedentariedade da população dos descimentos, que a tinha de buscar nos arredores. Dessa forma, em alguns locais, “a caça está tão batida, que raros são os veados que aparecem” (: 164).

Um animal valorizado na alimentação e industrialização era a tartaruga, “a vaca quotidiana das mezas portuguezas” (: 686). Desse animal, teceu o planejador considerações de sua produção, qualidade, distribuição e desperdício:

Sendo as tartarugas do Rio-Negro muito melhores que as dos outros rios, são também muito raras: das que se pescam nos pesqueiros dos rios Solimões e das Amcionas, sustenta-se a tropa da guarnição da capital; os índios empregados no serviço e os habitantes que os mandam pescar em alguns dos ditos rios; o estado em que ellas se acham, a distancia donde vem o modo de as transportar, e a occasião, tudo isto influe em morrer grande parte d'ellas, antes e depois de entrarem para os curraes, que são uns lagos artificiaes, em que se conservam.

Das 2.896 tartarugas, que entraram no anno de 1785 para o curral da capitania, morreram 1.600, que se não aproveátaram. No de 1784, entraram 2.710 e morreram 1.217. No de 1783, entraram 2.892 e morreram 833. Em uma palavra, das 53.468 tartarugas, que desde o anno de 1780 até o de 1785 entraram em ambos os curraes da demarcação e da capitania, aproveitaram-se tam-sómente 36.007, e morreram 17.461. (: 686)

Fabricava-se, na Capitania, para a iluminação doméstica e culinária, “manteigas das banhas e dos ovos das tartarugas”. No rio Solimões, nas

praias do Catalão, do Cuidajá, do Periquitu, do Manacapurú-incuy, do Camaleão, do Camara-purú-purú, as quaes se descobrem com a vasante do rio, pelos dous metes de Novembro e Dezembro. [...]

Antes da prohibição do bando de 19 de Setembro de 1769, que o Sr. Joaquim Tinoco Valente mandou lançar na vila capital de Barcelos, algumas manteigas se faziam no Rio-Branco. Reflecti° porém, que, sendo as tartarugas d'aquelle rio precisas para o sustento dos moradores d'este, elles tam-sómente arrastados de uma cega avareza com a factura das manteigas das banhas, esperdiçavam mais do que aproveitavam, porque todas as tartarugas morriam; pórem nem todas davam banhas suficientes, nem das que as davam, se aproveitava mais do que as banhas; donde vinha a resultar, que infinitas d'ellas, cujas carnes se podiam aproveitar para o sustento, pelo contrario se lançavam no rio depois de tiradas as banhas, visto que se não podia salgai-as, e no rio serviam de pasto aos jacarés, aos urubus, ás piranhas e ás pirarás. E por todos estes motivos prohibio a viração das tartarugas dáquelle rio para as referidas manteigas; debaixo da pena de perderem o negócio que fizessem, valor do dano que causassem, e 304'000, depois de 6 meies de cadeia pela primeira vez: pela segunda o dobro da pena pecuniaria, e um anno em ferros; incorrendo nas mesmas penas os directores que tal consentissem, e não dessem parte. O que não obstante, alguns potes d'ellas se fazem furtivamente n'aquelle rio, e no outro chamado Uaracá. (665-6)

Aqui, mostra-se uma medida jurídica de manejo de recursos naturais visando a conservação da espécie e sua manutenção como recurso alimentar e como matéria-prima no futuro, sendo considerada justa a medida.

A sistemática zoológica utilizada pelo autor, mostrava inconsistências, como demonstrou em sua “Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do estado do Grão-Pará, divididos em três partes:

primeira, dos que se apresentam nas mesas por melhores; segunda, dos que comem os índios em geral e alguns brancos quando andam em diligências pelo sertão; terceira, dos que não se comem” (FERREIRA, 1972: 47). Porém, essa classificação talvez fosse uma estratégia do autor para “ganhar tempo” e enganar possíveis competidores em Portugal, que poderiam ter acesso aos materiais antes dele. Assim, quando voltasse a Portugal, poderia trabalhar, e aí classificar segundo o método científico. Esta interpretação é reforçada por uma passagem em suas “Memórias”, onde descreve um peixe (pirarucu), em latim, na forma proposta por Lineu (*ibid*).

As consequências científicas da expedição foram comprometidas por imprevistos históricos, como o confisco, por Etienne St. Hilaire, de material botânico e zoológico. Levado ao Museu de Paris, esse material serviu como “tipo” na descrição das espécies. Os franceses tornaram-se autores das espécies, servindo-se dos trabalhos de coleta dos portugueses no Brasil, e mesmo de estudos (também confiscados), tomando-lhes o mérito científico (PAIVA, 2000).

Conclusão

Esta primeira aproximação aos documentos de época de Alexandre Rodrigues Ferreira permite visualizar uma riqueza de possibilidades de pesquisa ambiental.

Entre elas, a identificação das espécies, do ambiente de ocorrência, usos e manejo, e a atualização da nomenclatura das aglomerações humanas, o que favorece compreender a distribuição das mesmas.

Ressalta-se, novamente, a compreensão conservacionista do naturalista e planejador, que surpreende por sua posição vanguardista, fazendo pensar em um interesse na efetivação de uma economia sustentada.

Dessa forma, o material tratado mostrou-se rico em dados, podendo ser modo de pesquisas que levem a conhecer melhor o pensamento humano no Brasil do século XVIII, contribuindo para compreender o processo histórico-cultural da interação entre o ser humano e a natureza.

Referências

ALMAÇA, C. Bosquejo histórico da zoologia em Portugal. Lisboa: Museu Bocage, 1993.

BIERSACK, A. “Saber local, história local: Geertz e além”. In: HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp. 97-130.

COIMBRA, J. de Á. A. “Como você entende o meio ambiente?” In: *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo: CETESB, 1985, p.17-34.

COSTA, J. (org.). *Zoologia e botânica no Brasil*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.

DOMINGUES, A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Instituto de História de Além-Mar, 1991. (Analecta Transmarina. Série Atlântica, n°2).

DOMINGUES, A. “Um novo conceito de ciência ao serviço da razão de estado: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao norte brasileiro”. In: *Ciclo de conferências sobre “Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”*. Lisboa: Academia de Marinha, 1992. pp. 17-32.

FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias — Zoologia e Botânica. s.1: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. “O inquisidor como antropólogo. Uma analogia e suas implicações”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989. pp. 203-214.

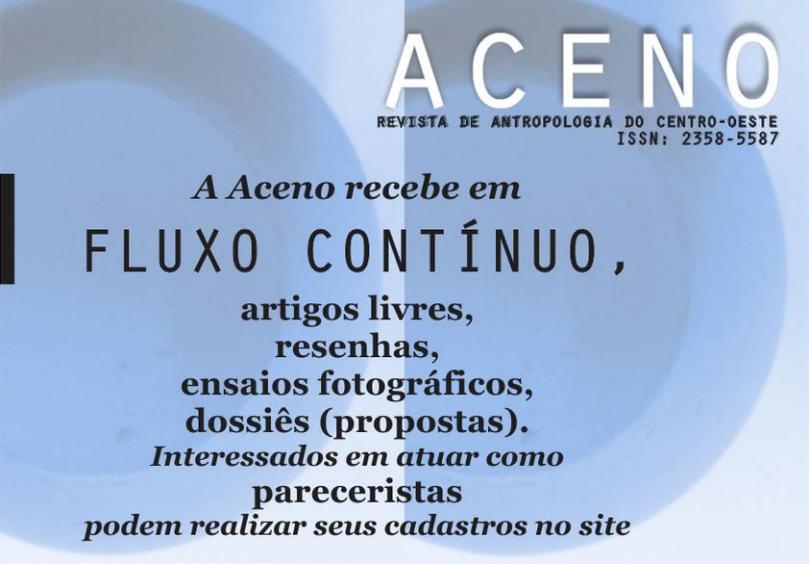
MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, 40 (2): 183-220, 1997.

MELA, A.; BELLONI, M. C.; DAVICO, L. *A sociologia do ambiente*. Lisboa: Estampa, 2001.

PAIVA, M. P. *A contribuição portuguesa para o estudo das ciências naturais no Brasil colonial (1500-1822)*. Lisboa: Museu Bocage, 2000.

PORTUGAL. *Amazônia felsínea. António José Landi: itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SCHWARCZ, L. K. M.; PUNTONI, P. História e antropologia. Entrevista de Robert Darnton. *Boletim da ABA*, 26: 7-11, set. 1996.



ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

A Aceno recebe em
FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).
Interessados em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros no site